

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CARLOS EDUARDO POERSCHKE VOLTZ

**O Movimento da Educação do Campo na Universidade: o caso das Turmas
Especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas.**

Porto Alegre
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

CARLOS EDUARDO POERSCHKE VOLTZ

**O Movimento da Educação do Campo na Universidade: o caso das Turmas
Especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas.**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sueli Maria Goulart
Silva

Porto Alegre
2015

Dedico este trabalho aos meus pais Cláudio e Carmen, e aos meus irmãos Maurício e Juliana.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora Sueli Goulart, por ter sido paciente, atenciosa e dedicada à orientação e à minha formação acadêmica.

Aos professores do PPGA/EA/UFRGS que também contribuíram para a minha formação acadêmica.

Aos professores da banca examinadora por contribuírem com o estudo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro.

Ao Fillipe pelo valioso apoio extra-acadêmico.

[...]

O projeto pedagógico
Que sonhamos e queremos
E que juntos descrevemos
Vai além do ensinar
É mais do que estudar
É uma troca de saber
Onde todos vão crescer
E produzir conhecimento
Ações e envolvimento
Com qualidade de vida
É nossa contrapartida
Para resistir na roça
A conquista será nossa
E de nossa terra querida.

(Zé Santana)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo descrever o processo de criação e desenvolvimento das Turmas Especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas. Adotei o estudo de caso como estratégia de pesquisa porque as TEMV são um caso revelador que ilustra as tensões e conflitos na implementação de um projeto de Educação do Campo no âmbito do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em uma universidade pública. As TEMV foram as primeiras turmas especiais de bacharelado no Rio Grande do Sul e as primeiras turmas especiais de Medicina Veterinária no Brasil. Utilizei a abordagem descritiva para organizar o estudo de caso e apresentei os dados em forma de narrativa. Primeiro, apresentei o contexto de criação das TEMV. Depois, narrei a experiência das TEMV, identificando os personagens e descrevendo suas ações no processo de criação e no desenvolvimento do curso. Nas considerações finais, refleti sobre os impasses e a importância da experiência para o Movimento da Educação do Campo, as limitações do trabalho e sugestões para trabalhos futuros.

Palavras-chave: Educação do Campo; PRONERA; Ensino Superior; Turma Especial de Medicina Veterinária; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Pública

ABSTRACT

This work aims to describe the process of creation and development of Turmas Especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas. I adopted the case study as a research strategy because TEMV are a telling case that illustrates the tensions and conflicts in the implementation of a Rural Education Project under the Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) in a public university. The TEMV were the first special classes for Bachelor in Rio Grande do Sul and the first special classes of Veterinary Medicine in Brazil. I used the descriptive approach to organize the case study and I presented the data in narrative form. First, I introduced the context of creating TEMV. Then I narrated the experience of TEMV, identifying the characters and describing their actions in the creation and development of the course. In the final considerations, I reflected on the impasses and the importance of experience for the Movimento da Educação do Campo, work limitations and suggestions for future work.

Keywords: Countryside Education; PRONERA; higher education; Special Class of Veterinary Medicine ; Federal University of Pelotas ; Public University

LISTA DE SIGLAS

ALM	Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim
ARCAFAR	Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Brasil
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CA	Centro de artes
CAPP	Coletivo de Acompanhamento Político-Pedagógico
CCQFA	Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos
CDFR	Casas das Famílias Rurais
CDJOR	Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural
CDRS	Centro de Capacitação e Desenvolvimento Rural Sustentável
CDTEC	Centro de Desenvolvimento Tecnológico
CEAD	Centro de Educação Aberta e a Distância
CEB	Câmara de Educação Básica
CEFFA	Centro Familiar de Formação por Alternância
CENG	Centro das Engenharias
CFR	Casa Familiar Rural
CGEC	Coordenação Geral de Educação do Campo
CGIC	Centro de Gerenciamento de Informações e Concursos
CNBT	Coordenação dos Núcleos de Base da Turma
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEC	Conferência Nacional por uma Educação do Campo
COCEPE	Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSUN	Conselho Universitário
CONTAG	Confederação dos Trabalhadores da Agricultura
CPN	Comissão Pedagógica Nacional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRMC/RS	Conselho Regional de Medicina Veterinária do Rio Grande do Sul
CRUB	Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes

EA	Escola de Assentamento
ECOR	Escola Comunitária Rural
EFA	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENERA	Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
ESEF	Escola Superior de Educação Física
ETE	Escola Técnica Estadual
FAEM	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
FAMUR	Faculdade Murialdo
FAU	Fundação de Apoio Universitário
FDMS	Fundação Delfim Mendes Silveira
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FSM	Fundação Simón Bolívar
FUNDEP	Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa
GPT	Grupo Permanente de Trabalho
IEJC	Instituto de Educação Josué de Castro
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ITERRA	Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAB	Movimento dos Atingidos Pelas barragens
MALG	Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo
MEC	Ministério da Educação
MEPES	Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MEPF	Ministério Extraordinário da Política Fundiária
MMC	Movimento das Mulheres Camponesas

MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MSPdoC	Movimentos Sociais Populares do campo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NB	Núcleo de Base
PAVE	Programa de Avaliação da Vida Escolar
PNERA	Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROCAMPO	Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo
PROJOVEM	Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais
PROMET	Projeto Metodológico
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
RESAB	Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RUF	Ranking Universitário Folha
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SIFEDOC	Seminário Internacional e Fórum de Educação do Campo
SINVET	Sindicato dos Médicos Veterinários
SISU	Sistema de Seleção Unificada
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TC	Tempo Comunidade
TCU	Tribunal de Contas da União
TE	Tempo Escola
TEMV	Turma Especial de Medicina Veterinária
TRF	Tribunal Regional Federal
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFCE	Universidade Federal do Ceará
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
ULBRA	Universidade Luterana do Brasil
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEFAB	União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNICRUZ	Universidade de Cruz Alta
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIRITTER	Centro Universitário Ritter dos Reis
UPF	Universidade de Passo Fundo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Faculdade de Medicina Veterinária da Ufpel.....	61
Figura 2 – Parte externa do espaço dos alojamentos das TEMV.....	64
Figura 3 –Parte interna do espaço dos alojamentos das TEMV.....	67
Figura 4 – Sala de aula do espaço dos alojamentos das TEMV.....	67
Quadro 1 – Organização das equipes das TEMV.....	68
Figura 5 - Painel no espaço dos alojamentos das TEMV.....	78

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
1.1 JUSTIFICATIVA.....	21
1.2 OBJETIVOS.....	22
1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	23
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	24
2.1 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS.....	25
3 O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	30
3.1 A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	30
3.2 O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA).....	39
4 AS TURMAS ESPECIAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA NA UFPEL.....	46
4.1 A CRIAÇÃO DO CURSO.....	46
4.2 O DESENVOLVIMENTO DO CURSO.....	57
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	84
ANEXO A - Manifesto das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro.....	92
ANEXO B - Os coletivos das turmas especiais de medicina veterinária da UFPEL.....	93
ANEXO C - Roteiros de entrevistas.....	94
ANEXO D - Quadro-resumo com os personagens da experiência das TEMV e as ações que desenvolveram.....	98

1 INTRODUÇÃO

As discussões que deram origem ao Movimento da Educação do campo se iniciaram no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹, na década de 1990, e tinham como foco uma educação do campo e não para o campo (GOHN; ZANCANELLA, 2012). A nomenclatura educação do campo, de acordo com Silva (2011), era adotada para contrapor à anterior - educação rural - que representava a oferta de educação ao povo que vive no campo para fornecer matéria prima para a cidade. Para Souza (2009), a educação do campo não deveria surgir como uma iniciativa do governo por meio do planejamento dos técnicos da educação, mas como resposta às demandas do sujeito coletivo rural, respeitando a cultura camponesa e o campo como um lugar digno para se viver.

Uma das demandas do Movimento é que as lutas sejam levadas em consideração no processo educativo, pois originou-se da realidade dos povos do campo, de injustiça, desigualdade, opressão e no conjunto de lutas para que as condições sociais de vida no campo sejam transformadas. O Movimento demanda, então, um projeto de educação ou de formação de sujeitos em constante transformação, para que o campo seja o lugar onde não apenas se reproduz mas também se produz pedagogia. Para que isso ocorra, o estudo deve ser combinado com trabalho, com cultura, com organização coletiva, com postura de transformar o mundo, com atenção às tarefas de formação específicas do tempo e do espaço escolar, pensada desde o seu lugar e os seus sujeitos. Por fim, o movimento busca o respeito e a valorização dos educadores do campo que têm como trabalho o fazer e o pensar a formação humana e têm sido sujeitos de resistência no campo em muitos lugares (CALDART, 2002).

No que diz respeito à educação superior, Gohn e Zancanella (2012) defendem que o ingresso dos movimentos sociais do campo em uma universidade é um caminho para o fortalecimento das estratégias de atuação desses movimentos. Significa também a ampliação do acesso ao ensino superior às camadas populares da sociedade brasileira como semente para

¹ Também fazem parte do Movimento da Educação do Campo: o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), sindicatos e federações estaduais vinculados à Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, a Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT), entre outras organizações (MUNARIM, 2008).

uma futura transformação dessa instituição que tem historicamente atendido aos interesses das classes dominantes².

As ações estratégicas do Movimento da Educação do Campo tiveram início no I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em julho de 1997. Durante esse evento foi elaborada a proposta de um programa governamental de educação para a Reforma Agrária, que foi a base do PRONERA (MUNARIM, 2014). Este foi criado em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria Nº. 10/98, pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Em 2001, o PRONERA passou a fazer parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)³.

A Educação do Campo tornou-se política de Estado com o Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. Esse Decreto reconhece as especificidades da população do campo e garante a permanência e continuidade dos programas de governo (MOLINA; FREITAS, 2011, p.21). O Decreto dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o PRONERA. De acordo com o Decreto, compõem populações do campo

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 200).

O referido Decreto só teve efeito prático com a criação do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) na forma de Medida Provisória n.562/2012, depois transformada na Lei n. 12.695/2012. Esse programa, vinculado ao Ministério da Educação (MEC), tem a finalidade de disponibilizar apoio técnico e financeiro para a implementação de programas que integram a política de educação do campo entre os quais encontra-se o PRONERA. Este foi criado com o objetivo de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Seu desenvolvimento no espaço público avançou “na experiência e na luta por reivindicações acerca das demandas dos movimentos sociais nos planos de ação do Estado” (GOHN; ZANCANELLA, 2012, p.61).

² Ver Pinto (1994), Minto (2012), Fernandes (1975) e Ribeiro (1978).

³O INCRA é uma autarquia federal criada pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União.

No que se refere aos projetos de educação já implementados no âmbito do PRONERA, entre os anos de 1998 e 2002, 122.915 trabalhadores rurais assentados foram escolarizados. De 2003 a 2006 foram escolarizados 247.249 trabalhadores e formados 1.016 técnicos em cursos de ciências agrárias para atuarem na assistência técnica, social e ambiental dos assentamentos. Até 2008, 5194 trabalhadores ingressaram no ensino superior por meio de 36 projetos desenvolvidos em mais de 30 universidades públicas parceiras (SANTOS, 2008).

Segundo o levantamento de Lerrer (2012), das turmas iniciadas entre 1998 e 2010, um total de 2951 integrantes vinculados aos movimentos sociais do campo obtiveram o diploma de graduação. Esses dados demonstram que “parte significativa da luta dos sujeitos organizados do meio rural para construção da Educação do Campo tem se dado por meio do PRONERA” (MOLINA, 2008, p. 19).

As conquistas dos camponeses com relação a afirmação do seu direito à educação, contudo, gerou tensões e conflitos de interesses. Um grande problema enfrentado pelo PRONERA foi o Acórdão 2.653/2008, do Tribunal de Contas da União (TCU). A iniciativa foi motivada por uma denúncia de um estudante do curso de Agronomia da Universidade do Mato Grosso de que o INCRA repassava grande parte do orçamento do PRONERA ao MST. O acórdão proibiu o pagamento de bolsas aos professores que são funcionários públicos, exigiu que o INCRA (que repassava os recursos ao PRONERA) fizesse licitação ao invés de convênios com as universidades para oferecer os cursos, além de inibir a participação dos movimentos sociais no planejamento, acompanhamento e execução do Programa (RIBEIRO, 2012). O principal argumento para a proibição da atuação dos movimentos sociais no desenvolvimento do PRONERA foi o de que somente o Poder Público ou instituições de ensino por ele autorizadas poderiam desempenhar a educação, proibindo a atuação dos movimentos sociais no desenvolvimento do PRONERA (BRASIL, 2008).

As decisões do TCU implicaram no impedimento de mais de dez mil jovens e adultos de ingressarem em processos formais de educação, pois os mais de 50 projetos já aprovados não puderam ser executados por dois anos em função da proibição de se firmar convênios. A partir da mobilização do INCRA juntamente com alas das universidades e parlamentares que acreditavam no Programa, com o argumento de que era inadequado o afastamento dos movimentos sociais ligados à reforma agrária da participação no desenvolvimento dos cursos do PRONERA, foi obtido um novo Acórdão (LIMA, 2010). A decisão do TCU, com o

Acórdão 3.269 /2010, permite os convênios e a participação dos movimentos sociais apenas no acompanhamento e avaliação, mantendo a restrição à participação destes na fase de planejamento e execução dos projetos (BRASIL, 2010).

Outra questão que gerou conflitos é que a educação do campo se contrapõe à atual lógica do modelo agrícola ao defender uma outra concepção de campo e de desenvolvimento com base na Reforma Agrária. Para as agroindústrias não há necessidade de trabalhadores do campo com alto grau de formação. Há a demanda por trabalhadores desqualificados para um trabalho desqualificado ou, no máximo, por “um trabalhador medianamente qualificado para operar partes do sistema de produção” (SANTOS, 2011, p. 321).

Apesar das tensões, ficou reconhecida a importância de políticas públicas de educação de acordo com as singularidades e particularidades dos sujeitos do campo e um avanço no sentido “tanto da universalidade do direito à educação quanto da obrigatoriedade do Estado em promover intervenções que atentem para as especificidades necessárias ao cumprimento e garantia dessa universalidade” (MOLINA; FREITAS, 2011, p. 22).

Para conceber o estudo empírico, parto das seguintes considerações: Os Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPdoC) lutam pela transformação das condições sociais de vida no campo, incluindo a educação em todos os níveis de ensino. Do debate sobre uma educação do campo, que parte do interior desses movimentos, nasceu o Movimento da Educação do Campo. Este inseriu o tema na agenda pública a partir da organização de encontros, o que possibilitou a criação de programas governamentais para a ampliação do acesso aos ensinos fundamental, médio e superior aos povos do campo.

O PRONERA viabilizou o ingresso dos trabalhadores do campo - a quem a educação foi historicamente negada no Brasil - na universidade pública por meio de projetos de educação do campo. Os embates que a relação entre esses trabalhadores – integrantes de MSPdoC – e as alas mais conservadoras da universidade pública brasileira podem gerar despertaram meu interesse. Então, busquei informações sobre as turmas especiais do PRONERA.

Lerrer (2012) fez um levantamento dos cursos de ensino superior iniciados desde a criação do PRONERA, em 1998, até desde até 2010. Das turmas iniciadas, 27 delas eram de Pedagogia ou Pedagogia da Terra, cinco de Agronomia, três de História, três de Letras, três de Tecnologia em Agroecologia, três de Especialização em Educação do Campo. As turmas

restantes eram de cursos diferentes, mas a maioria voltada para a área da educação⁴. No Rio Grande do Sul, os três cursos iniciados no período eram de Pedagogia⁵. A partir desse levantamento, a autora concluiu que “os cursos de graduação e de especialização de nível superior apoiados pelo PRONERA são, em sua maioria, voltados para formação de educadores, ou professores da reforma agrária [...] (LERRER, 2012, p.458).

Pesquisar as Turmas Especiais de Medicina Veterinária (TEMV) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é relevante porque foram as primeiras turmas especiais de bacharelado no Rio Grande do Sul e as primeiras turmas especiais de Medicina Veterinária no Brasil. Diferente das Turmas Especiais de Pedagogia para os assentados da Reforma Agrária criadas no estado, a primeira TEMV enfrentou resistências e um processo judicial⁶.

O projeto para a criação da primeira turma em 2007 provocou reações de estudantes, professores e até do Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV/RS), pela alegação de que a criação de um curso direcionado aos movimentos sociais ameaçaria o acesso universal ao ensino público gratuito e a fiscalização do exercício profissional. Apesar das pressões, o Reitor da UFPel e os movimentos sociais levaram adiante o curso, que foi barrado novamente por setores da universidade. Primeiro tentaram paralisar legalmente a efetivação do curso nos conselhos da universidade e, em seguida, barrar a experiência por meio da organização de mobilizações, “empreendendo medo aos alunos, funcionários e à sociedade de Pelotas e região, na tentativa de criar um clima ruim, principalmente na Faculdade de Veterinária, de rejeição para que esse curso não se viabilizasse” (OLIVEIRA, FAGUNDES, OLIVEIRA, 2014, p. 3017). Quando estava prestes a se iniciar, o curso foi suspenso pelo Judiciário. A batalha judicial durou até 2010, quando o Tribunal de Justiça autorizou a

⁴Uma turma de cada um dos seguintes cursos: Educação em Artes Plásticas e Música, Geografia, Licenciatura em Educação do Campo, Licenciatura em Ciências Sociais, Matemática, Especialização em Ensino de Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo, Especialização em Ensino de Jovens e Adultos, Jornalismo, Direito, Especialização em Agroecologia, Especialização em Economia e Desenvolvimento Agrário, Ciências Agrárias, Administração, Gestão de Cooperativas.

⁵ Um curso na UNIJUÍ, em 1999, e dois cursos na UERGS, um em 2002 e outro em 2003.

⁶ Fora do estado do Rio Grande do Sul, outras duas turmas de bacharelado do PRONERA - a Turma Especial de Agronomia da Universidade Federal de Sergipe e a Turma Especial de Direito da Universidade Federal de Goiás - também enfrentaram problemas judiciais, mas não foram suspensas como a TEMV. Os alunos da Turma Especial de Direito enfrentaram duas ações movidas pelo Ministério Público Federal pela alegação de que o curso não se enquadrava na formação necessária para assentados. Mesmo assim, 57 assentados dos 60 inscritos no curso obtiveram titulação em 24 de agosto de 2012 e seis foram aprovados no exame da Ordem dos Advogados no Brasil (MST, 2012).

realização da experiência. Em 2014 a segunda Turma Especial de Medicina Veterinária iniciou seus estudos na UFPel.

O primeiro trabalho sobre as turmas especiais de Medicina Veterinária desenvolvidas na UFPel foi realizado por Valdirene Machado⁷ e Dario Mello⁸ (2012), dois membros do Coletivo de Apoio Político e Pedagógico (CAPP) da ITEMV. Os autores fizeram algumas considerações iniciais sobre a importância da proposta para os assentados da Reforma Agrária e as apresentaram no I SIFEDOC em 2012. No II SIFEDOC que aconteceu em 2014, foi apresentado um trabalho⁹ sobre a concepção de Educação do Campo nas duas turmas especiais de Medicina Veterinária na UFPel. O trabalho foi escrito por dois membros do CAPP e um estudante da ITEMV, demonstrando o esforço dos envolvidos com a turma em refletir e divulgar a experiência.

Também foi defendida uma dissertação sobre a coletividade da ITEMV. Valdirene Machado (2013) iniciou seu trabalho a partir de sua inquietação sobre como inserir as pessoas (educandos, professores e coordenadores da turma), que tinham diferentes caminhadas, na coletividade da turma especial conforme defendia o MST¹⁰. A autora voltou-se para a dinâmica estabelecida no processo pedagógico interno da ITEMV, abordando elementos históricos do MST e apresentando ao final do trabalho as principais dificuldades em desenvolver a coletividade da turma ao longo do processo educativo.

Os trabalhos que eu encontrei sobre as TEMV focaram principalmente nos educandos, deixando espaço para um estudo sobre as tensões e conflitos gerados pela implementação do curso na UFPel.

As turmas especiais situam-se no campo de ação do Movimento da Educação do Campo. Este Movimento busca, com seus projetos, uma educação popular construída com os povos do campo que sofrem na pele a opressão. Parte das formulações de Freire (1987), que acredita que a pedagogia do oprimido se faz com as pessoas que sofrem a opressão e não para elas. De acordo com Arroyo (2012) a Pedagogia do Oprimido teve origem na organização dos

⁷ Na época, Machado era mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação na UFPel.

⁸ Graduado em Medicina Veterinária pela UFPel e mestre em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

⁹ OLIVEIRA; FAGUNDES; OLIVEIRA, 2014.

¹⁰ A autora tomou como referencial a categoria da coletividade proposta por Makarenko e coletou os dados por meio da aplicação de questionários com 53 dos 60 estudantes da ITEMV, análise documental e observação participante das reuniões internas da turma.

trabalhadores do campo em Ligas Camponesas, em sindicatos. Hoje, ela orienta as práticas de diversos agentes educadores e coletivos populares. Para Caldart (2012), os ensinamentos de Freire fundamentam a pedagogia de luta em movimento praticada pelo MST.

Um projeto de Educação do Campo como o das TEMV considera em todo o processo educativo a luta pela terra e por direitos, as ocupações, as mobilizações, as marchas, a mística, os modos de agir e organizar dos MSPdoC. Estes encontram-se em situação antagônica às classes dominantes que têm, em tese, objetivos, interesses e formas de ação opostas. Então, o projeto baseia-se numa lógica diferente da adotada pela maioria das universidades brasileiras.

Entretanto, o projeto das TEMV foi implementado no âmbito de uma universidade pública, uma instituição que pouco se relaciona com os setores contra-hegemônicos da sociedade. Suponho que o processo de criação e desenvolvimento dessas turmas seja permeado por tensões e conflitos porque pessoas que integram organizações historicamente estranhas precisam interagir.

Minha primeira ida a campo para conhecer as TEMV e entender as tensões geradas pela criação e desenvolvimento do curso revelou uma experiência repleta de eventos que geraram ações e conflitos entre as pessoas envolvidas. Os integrantes do Movimento da Educação do Campo tentaram instaurar na UFPel métodos e técnicas de ensino-aprendizagem por meio do projeto de educação de campo que elaboraram, revelando opositores que deram origem aos confrontos durante a criação e trajetória das TEMV.

A relação entre o Movimento e a UFPel pode gerar um novo processo de reflexão e ação das pessoas envolvidas. Para refletir sobre o desfecho do processo de criação e desenvolvimento das TEMV realizei um estudo de caso, que me permitiu conhecer as ações, os conflitos e os impasses gerados na implementação do curso na UFPel.

Assim, a pergunta que orienta esta pesquisa é:

Como se deu o processo de criação e desenvolvimento das Turmas Especiais de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Pelotas?

1.1 JUSTIFICATIVA

Decidi fazer um estudo de caso porque as TEMV são um caso revelador a partir do qual pude desvendar a complexidade de implementar um projeto de Educação do Campo em uma universidade pública. Para organizar o estudo, descreverei o caso destacando os eventos e as ações desenvolvidas para a criação e desenvolvimento das TEMV na UFPel para construir uma narrativa.

Construir uma narrativa sobre as Turmas Especiais de Medicina Veterinária na UFPel é importante porque mostra a legitimação da Educação do Campo numa instituição pública de ensino superior, porque aumenta a visibilidade dessa experiência pioneira podendo servir para a construção de experiências futuras e para a intensificação das discussões sobre os trabalhadores do campo na universidade.

Para narrar a experiência das TEMV, busquei informações sobre os personagens e as tensões geradas em uma sequência de eventos e, com isso, pude refletir sobre as causas desses eventos e também sobre suas implicações para o Movimento e para a universidade. A produção poderá contribuir para ampliar o acervo de registros sobre as experiências do Movimento da Educação do Campo.

A narrativa poderá ser útil para as pessoas envolvidas com a I e a IITEMV que desejam criar novas turmas especiais de Medicina Veterinária e turmas especiais de outros cursos na UFPel. Por aprofundar o entendimento das tensões e dos detalhes que a primeira vista poderiam não ser percebidos e por apresentar diferentes visões dos entrevistados sobre as turmas especiais.

O trabalho também poderá ser útil para as pessoas interessadas em implementar um projeto de Educação do Campo via PRONERA em outras universidades públicas e em entender os impasses que a implementação pode gerar. Porque a experiência que será narrada permitirá a reflexão sobre os aprendizados produzidos a partir de uma experiência pioneira de Educação do Campo.

A apresentação do contexto atual da luta do Movimento da Educação do Campo, ou o cenário em que foram criadas as TEMV, poderá ser útil para todas as pessoas interessadas em se engajar na luta ou em desenvolver estudos sobre o tema. Os princípios e as demandas do Movimento sintetizados no trabalho poderão ser úteis para os gestores públicos que estejam

interessados na formulação de políticas públicas voltadas para a educação dos povos do campo.

Enfim, a narrativa poderá auxiliar no avanço da luta do Movimento pela educação superior formal aos povos do campo. Além disso, olhar para a luta de um movimento social pode contribuir para a reflexão sobre os Estudos Organizacionais como uma área que estuda temas para além das empresas.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral do trabalho é descrever o processo de criação e desenvolvimento das Turmas Especiais de Medicina Veterinária na UFPel.

Os objetivos específicos são:

- Contextualizar o cenário de criação das TEMV a partir da apresentação da luta do Movimento da Educação do Campo e da criação do PRONERA;
- Identificar os personagens que participaram do processo de criação e desenvolvimento das TEMV;
- Descrever as ações desses personagens;
- Refletir sobre os impasses encontrados no processo de criação e desenvolvimento das TEMV.

1.3 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O texto está organizado em cinco capítulos. No primeiro capítulo apresentei o tema da pesquisa e sua problematização, seguidos pela justificativa e pelos objetivos.

No segundo capítulo apresentarei os procedimentos metodológicos da pesquisa. Descreverei os passos que segui para a construção da pesquisa e os procedimentos de coleta e análise de dados.

No terceiro capítulo apresentarei o contexto da luta do Movimento da Educação do Campo, os princípios, os marcos legais e as demandas. Também apresentarei o PRONERA, uma política pública criada a partir da luta do Movimento. Apresentarei os princípios, os objetivos, a fundamentação legal e as ações do PRONERA, principalmente no Rio Grande do Sul.

No quarto capítulo descreverei o processo de criação e desenvolvimento das TEMV na UFPel, os personagens e suas ações.

No quinto capítulo apresentarei as considerações finais do trabalho. Refletirei sobre a importância da experiência, o PRONERA e o ensino superior e o avanço do Movimento da Educação do Campo. Apresentarei as limitações da pesquisa e indicarei caminhos para trabalhos futuros.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com Guba, Lynham e Lincoln (2005), explicitar as escolhas feitas demonstra um cuidado para que haja coerência em todo o processo de construção do estudo. Por isso descreverei os caminhos que escolhi para realizar este trabalho.

Para investigar o processo de criação e desenvolvimento das TEMV, adotei o estudo de caso como estratégia de pesquisa. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso é escolhido quando queremos saber como e porque um determinado fenômeno ocorre. Esse tipo de investigação empírica deve ser escolhida quando há o interesse do pesquisador em lidar com um “fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p. 32).

Flyvbjerg (2005) também enfatizou a relação do caso estudado com o ambiente e sua evolução no tempo. Isto é, o caso deve ser visto como um todo e os eventos que a ele se relacionam ocorrem em determinado momento e lugar. Por isso, deve ser tomado um cuidado especial com a coleta e a análise de dados.

Enfim, o estudo de caso como estratégia de pesquisa é importante porque permite uma compreensão rica e detalhada de uma unidade individual concreta em relação ao seu contexto por meio de um processo de aprendizagem do pesquisador.

Neste trabalho, escolhi o caso das TEMV por seu pioneirismo no estado do Rio Grande do Sul e no Brasil. As TEMV foram as primeiras turmas de bacharelado no âmbito do PRONERA no estado e as primeiras turmas de Medicina Veterinária no país. Até então, as turmas eram de licenciatura, voltadas para a formação de professores para atuarem nas escolas do campo (LERRER, 2012). A TEMV sofreu resistência de alunos, de professores, do CRMV e enfrentou problemas judiciais, só podendo iniciar suas atividades em 2011 – quatro anos depois dos alunos serem aprovados no processo seletivo.

Para organizar o estudo de caso, utilizei a abordagem descritiva (YIN, 2005). Descreverei as ações desenvolvidas em uma sequência de eventos no processo de criação e no desenvolvimento das TEMV. Enfim, apresentarei os dados em forma de narrativa, em ordem cronológica.

2.1 PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados para um estudo de caso é um processo complexo cuja qualidade pode ser aumentada se o pesquisador utilizar várias fontes de dados, reunir os dados em um banco de dados e manter um encadeamento entre as questões feitas, os dados coletados e as conclusões (YIN, 2005). Neste trabalho coletei informações de quatro fontes que permitiram a triangulação dos dados: observações no local, entrevistas semi-estruturadas, análise de documentos e análise de artefatos.

Considerando que eu nunca havia tido contato com integrantes de movimentos sociais e por sugestão da banca de projeto, antes de iniciar o processo de coleta de dados sobre as TEMV, tive um primeiro contato com o Movimento da Educação do Campo em ação. Particpei do II SIFEDOC que aconteceu em Santa Mari nos 08, 09 e 10 de Outubro de 2014. Nesse seminário, presenciei a forma como os sujeitos envolvidos na luta pela Educação do Campo se articulam. Integrantes dos MSPdoC, professores de universidades públicas, estudantes e outros sujeitos que se comprometem com a Educação do Campo se reuniram nesse espaço-tempo (do seminário) para discutir questões teóricas e práticas, socializar experiências, refletir sobre as conquistas até o momento e planejar as estratégias para avançar na luta. Pude perceber, nas discussões nas mesas do seminário, a relação direta existente entre a Educação do Campo e a Reforma Agrária. Ainda no seminário, consegui o contato de um dos coordenadores pedagógicos da TEMV, com quem agendei uma visita.

Entre os dias três e cinco de dezembro de 2014, comecei a coleta de dados sobre as TEMV. No dia três de dezembro conheci a faculdade de Medicina Veterinária da UFPel e as salas onde as aulas ocorrem no campus da universidade. No mesmo dia, conversei com dois funcionários que trabalham na secretaria e com uma funcionária que fica na portaria da Faculdade de Medicina Veterinária sobre as TEMV. Os funcionários afirmaram possuir poucos conhecimentos sobre as turmas especiais, mas um deles destacou que os educandos dessas turmas andam sempre juntos e que têm uma série de benefícios que os educandos das turmas regulares não têm. Outro funcionário me encaminhou para falar com um professor que dava aulas para as TEMV. Esse professor fez alguns comentários sobre as turmas em sala de

aula, que os educandos são interessados e participativos, explicou onde ficavam os alojamentos, forneceu o e-mail e telefone da coordenadora do colegiado que não estava na faculdade naquele dia. Tentei marcar uma entrevista com a coordenadora do colegiado, mas não consegui contatá-la por telefone e ela não respondeu o e-mail que enviei.

No dia quatro de dezembro, conheci o espaço dos alojamentos dos alunos da TEMV. Ali conversei com dois coordenadores do Coletivo de Apoio Político Pedagógico (CAPP) sobre as turmas especiais e anotei algumas sugestões de leitura. Ainda sem entender como os educandos se organizavam e organizavam suas atividades no espaço, fiquei observando o que acontecia no local. Observei as atividades que os alunos fizeram durante o dia – atividades para a convivência, como lavar roupas e manter a limpeza do ambiente e reuniões para discussões sobre os assuntos abordados nas disciplinas que cursavam. Tive uma rápida conversa com alguns estudantes, o que permitiu que eu me apresentasse e quebrasse o gelo inicial. Também criei um perfil numa rede social da Internet (Facebook) e adicionei alguns estudantes das TEMV. Não foi possível realizar entrevistas formais nos dois dias que eu estive nos alojamentos (quatro e cinco de dezembro) porque os alunos estavam passando pelas semanas de avaliações na universidade. Os estudantes explicaram que até mesmo as reuniões dos Núcleos de Base, os encontros e as atividades de lazer planejadas pelas turmas foram alteradas para que eles pudessem se dedicar exclusivamente aos estudos.

Combinei com os coordenadores e com os educandos que eu retornaria logo no início da próxima etapa das TEMV, pois durante o Tempo Comunidade os educandos retornam aos assentamentos de origem, localizados em diferentes regiões do país. Após um longo período sem contato com as TEMV e de tentar várias vezes agendar entrevistas com professores da UFPel por telefone, retornei a Pelotas no dia 11 de maio de 2015. Como não consegui marcar entrevistas com os professores do curso, o funcionário da secretaria sugeriu que eu tentasse abordá-los nos corredores. Além de professores do curso, eu pretendia entrevistar educandos das TEMV, coordenadores das TEMV, educandos das turmas regulares de Medicina Veterinária, funcionários da UFPel, e funcionários do INCRA.

Na manhã do dia 12 de maio fui à secretaria onde o CAPP realiza suas atividades, no espaço dos alojamentos. Na secretaria esclareci algumas dúvidas sobre as turmas especiais com os dois coordenadores do CAPP que estavam lá no momento. Ambos eram integrantes do MST e contratados pelo INCRA para integrarem o CAPP. Realizei a primeira entrevista

com o integrante mais experiente enquanto ele tomava chimarrão. A entrevista foi interrompida algumas vezes por estudantes que buscavam informações sobre o horário do ônibus alugado para leva-los à faculdade naquele dia. Também faziam perguntas sobre os professores, sobre as provas, e faziam comentários sobre os colegas. Apesar das interrupções, a entrevista durou aproximadamente duas horas e forneceu muitas informações novas sobre as turmas. Logo depois da primeira entrevista, pedi para entrevistar um educando das TEMV. Então, o coordenador chamou um educando da ITEMV que estava estudando individualmente e eu pedi para entrevista-lo.

Na mesma manhã, a IITEMV estava tendo uma aula na sala de aula que fica no espaço dos alojamentos. Ao mesmo tempo em que acontecia a aula, alguns educandos estudavam individualmente nos espaços com mesas, outros utilizavam os computadores na secretaria, outros lavavam e estendiam roupas nos varais, outros limpavam os alojamentos. Enquanto eu observava, tomava notas de alguns elementos que poderiam me ajudar no relatório final do meu trabalho.

À tarde entrevistei um dos professores da turma que também integrava o CAPP. Enquanto entrevistava o professor sentado sob as árvores do lado de fora do prédio dos alojamentos, os educandos se organizavam para dar início às reuniões nos núcleos de base. À noite, enquanto organizava o material coletado, senti a necessidade de fazer algumas alterações no roteiro das próximas entrevistas porque as novas informações suscitavam novas questões.

No dia 13 de maio passei a manhã na faculdade de Medicina Veterinária procurando por professores que aceitassem ser entrevistados. A única entrevista que consegui foi com a coordenadora do colegiado enquanto ela fazia seu intervalo de almoço. Na parte da tarde conversei com alguns educandos das turmas regulares sobre as TEMV. A maioria deles afirmou não ter contato com as turmas especiais e, por isso, possuir poucas informações sobre elas. Duas educandas do sexto semestre de uma turma regular aceitaram ser entrevistadas.

As primeiras pessoas que eu entrevistei destacaram que inicialmente as TEMV ficaram vinculadas à Pró-Reitoria de Graduação. Por isso, no dia 14 de maio entrevistei a coordenadora de registros acadêmicos da Pró-Reitoria de graduação da UFPel e a coordenadora de matrículas e cadastros da Pró-Reitoria de graduação, que forneceu os editais dos processos seletivos das duas turmas especiais. No dia 15 de maio retornei ao espaço dos

alojamentos para entrevistar mais um educando das turmas especiais e conversar novamente com o coordenador do CAPP para esclarecer algumas dúvidas sobre a organização interna das turmas e a construção do Projeto Metodológico. No mesmo dia, os coordenadores do CAPP forneceram cópias do Projeto-Político Pedagógico da TEMV e do Projeto Metodológico (PROMET) da etapa quatro da II TEMV. Eles também me passaram o contato do MST em Porto Alegre e o contato da técnica em Educação do Campo que trabalhava no INCRA e era responsável pelas turmas do PRONERA no Rio Grande do Sul. Entrevistei a técnica no prédio do INCRA em Porto Alegre no dia 18 de maio de 2015.

Resumindo, realizei 10 entrevistas com respondentes-chave para o caso estudado. A maior parte dos entrevistados acompanhou todo o processo de criação e participa do desenvolvimento das TEMV. Por isso, as entrevistas resultaram num rico material com diferentes olhares sobre o curso. Entrevistei um militante do MST que compõe o CAPP das TEMV, dois estudantes da ITEMV, um professor da UfPel que compõe o CAPP, a coordenadora do colegiado das turmas especiais e das turmas regulares de Medicina Veterinária da UfPel, duas estudantes das turmas regulares de Medicina Veterinária da UfPel, a coordenadora de registros acadêmicos da Pró-Reitoria de Graduação da UfPel, a coordenadora de matrículas e cadastros da Pro-Reitoria de Graduação da UfPel e a técnica em Educação do Campo do INCRA.

Também acessei documentos disponíveis no portal da Universidade Federal de Pelotas¹¹ e matérias sobre a TEMV¹² no portal Vermelho¹³, no portal do INCRA, e nas versões online dos jornais Zero Hora¹⁴ e Diário Popular¹⁵. Por fim, busquei informações em dois vídeos produzidos pelos alunos da TEMV. Os vídeos contém relatos dos educandos, coordenadores e professores sobre a experiência na UfPel, cenas do dia-a-dia dos educandos e algumas demonstrações da luta travada para que os assentados da Reforma Agrária tivessem acesso à educação superior.

¹¹ <http://portal.UfPel.edu.br/>

¹² As matérias retratam os diferentes olhares e embates com relação à implantação da TEMV na UfPel.

¹³ O Portal Vermelho é uma página de notícias de esquerda, mantida e gerida pela Associação Vermelho, entidade sem fins lucrativos, em convênio com o Partido Comunista do Brasil – PC do B.

¹⁴ Zero Hora, também conhecido por ZH, é o maior jornal do Rio Grande do Sul, editado em Porto Alegre.

¹⁵ O Diário Popular é o jornal mais antigo do Rio Grande do Sul, cuja trajetória está diretamente ligada ao município de Pelotas e demais municípios da região sul do Rio Grande do Sul.

As entrevistas foram gravadas, por isso fiz a transcrição e depois analisei os outros documentos antes de começar a redigir o texto final – uma narrativa sobre o processo de criação e desenvolvimento das TEMV. De acordo com Czarniawska (2004), uma narrativa é um texto falado ou escrito que dá conta de um evento/ação ou séries de eventos/ações, cronologicamente conectados.

As pessoas protagonizam uma vida cheia de histórias e as contam cotidianamente, diferente de um pesquisador que coleta essas histórias, as descreve, as organiza e produz um conhecimento sistematizado sobre a experiência (CUNHA, 1997). Segundo CUNHA (2009, p.5), “quando narra uma história, o narrador-autor articula simultaneamente algumas ações ligadas ao (re)viver e a (re)explicar as histórias que vivenciou, de forma que todas as vozes passam a ser ouvidas”.

Enfim, ao narrar a experiência das TEMV a partir de diversas fontes de dados produzirei um conhecimento sistematizado sobre o caso. A narrativa constitui fonte de aprendizagem porque explora detalhes, compreensões e sentimentos sobre os fatos investigados que anteriormente não foram percebidos (CUNHA, 1997).

Neste capítulo descrevi como foi o trabalho de campo. Para Czarniawska (2004), o objetivo de narrar como foi o trabalho de campo é fazer o leitor sentir como se estivesse lá, no campo, coletando os dados. Além da descrição do trabalho de campo, a descrição do contexto fornece informações ao leitor sobre o tempo e o espaço no qual o fenômeno foi produzido (CZARNIAWSKA, 2004). O contexto de surgimento das TEMV será descrito no próximo capítulo. Depois, narrarei a experiência das TEMV, dando ênfase à voz dos entrevistados.

3 O MOVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

3.1 A LUTA POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO

De acordo com Fernandes (2002, p.67) o conceito Educação do Campo foi criado para defender “o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, ou seja, da terra em que pisa, melhor ainda: desde a sua realidade”. Para Caldart (2008, p.69), o conceito educação do campo é um conceito em construção que só pode ser discutido e compreendido no contexto histórico de seu surgimento: a “sociedade brasileira atual e a dinâmica específica que envolve os sujeitos sociais do campo”. A discussão sobre a educação dos camponeses partiu do MST na década de 1990. O MST negava o campo como o lugar do agronegócio que não precisa de educação e escolas porque não demanda trabalho qualificado. Ao mesmo tempo, afirmava o campo como um local de produção da vida do camponês em suas diferentes dimensões, necessidades e formas. A discussão não se limitava a uma crítica à educação brasileira. Partia da realidade do povo que trabalha e vive no/do campo em sua totalidade. Portanto, esteve vinculada desde a sua origem à luta pela terra, pelo trabalho, pela igualdade, por uma vida digna do ser humano no local onde ela é produzida (CALDART, 2010, p. 106).

Foi durante o I ENERA¹⁶, que se pensou na criação de um movimento para a luta pelo direito à educação aos povos do campo, apesar dessa luta já estar presente nas discussões dos MSPdoC, especialmente nas do MST. Os participantes do encontro debateram a questão da educação no mundo rural levando em conta o modo do trabalhador camponês de ver e se relacionar com o ambiente e de viver e organizar a família e o trabalho (BRITO, 2011).

O I ENERA resultou no Manifesto das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária, documento que apresentou os principais aspectos filosóficos e estratégicos que serviram como base para a criação do Movimento da Educação do Campo. No documento, anexo A deste

¹⁶ O I ENERA foi realizado pelo MST e contou com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Universidade de Brasília (UNB), por meio de Grupo de Trabalho em Apoio à Reforma Agrária (CALDART, 2012).

trabalho, consta a tomada de posição dos educadores frente ao projeto neoliberal responsável pelo aumento da exclusão social no Brasil. Esses educadores compartilhavam do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o país, comprometido com a Reforma Agrária e com as transformações sociais. Um projeto que tinha a educação como um dos principais elementos. Por isso, exigiram do Estado uma educação gratuita e de qualidade para todos, desde a educação infantil até a educação superior. Defenderam uma pedagogia comprometida com todas as dimensões da pessoa humana e a criação de um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, valorizando o trabalho, a cultura e a história do povo (MST, 1997).

Em agosto de 1997, logo depois do I ENERA, tiveram início as discussões entre os MSPdoC e as outras entidades que estiveram presentes no encontro para a preparação da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo que foi realizada de 27 a 30 de julho de 1998, em Luzitânia, Goiás¹⁷. A Conferência foi estrategicamente organizada com o objetivo de desencadear um amplo processo de reflexão sobre a questão da educação do campo no Brasil, tanto que foi precedida por 20 encontros estaduais para a discussão sobre o tema. No próprio evento estiveram presentes, além do MST, outros movimentos sociais, organizações não-governamentais, 1.000 delegados e mais de 150 professores convidados de diversas universidades, se instalando de vez um movimento organizado para formular a pauta de reivindicações referentes a educação junto ao Estado (MUNARIM, 2014).

Apesar da semelhança entre os princípios filosóficos e pedagógicos do Movimento com os das lutas por educação popular dos anos de 1960 e 1970, há uma diferença estratégica entre esses dois momentos com relação ao Estado.

Na Educação do Campo, não necessariamente temos de ser contra o Estado. Em vez disso, como ele é parte central da realidade histórica, e já não se trata do Estado militarizado e ditatorial, temos de fazer com que ele cumpra a sua obrigação com a educação dos povos que vivem no campo e que sempre foram negligenciados em seus direitos. E assim, na medida em que lutamos para que o Estado cumpra a sua obrigação de Estado educador, na perspectiva filosófica da educação do campo tal como o Movimento a concebe, estamos fazendo do próprio Estado um espaço de luta e, ao mesmo tempo, estamos lutando contra ele, como sujeito histórico naquilo que tem de autoritário. Sempre na perspectiva de sua transformação (MUNARIM, 2014, p. 148).

¹⁷ O contexto de preparação da Conferência surgiu a expressão Educação Básica do Campo (CALDART, 2012).

Segundo Rego (2010), a I Conferência é considerada um marco para a discussão sobre uma educação do campo e não mais no campo, como era tratada pelos governos até então. Os principais objetivos do evento foram: discutir sobre a educação oferecida no meio rural, construir uma proposta de educação alternativa para a população do campo e inserir o tema na agenda política do país. Segundo o texto base da Conferência (CONFERÊNCIA NACIONAL: POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 1998), a tendência dominante no Brasil é o modelo de desenvolvimento que considera a população que vive no campo atrasada, inferior e em extinção. Não haveria, portanto, a necessidade de políticas públicas para essas pessoas, a não ser as de caráter compensatório que reforçariam sua condição de inferioridade. Contra esse modelo encontra-se a luta da população do campo.

Tomando como referência a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹⁸, os participantes do evento defenderam o direito à educação básica, que inclui o ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e educação profissional. Foi ressaltada também a importância das práticas educativas relacionadas à cultura dos grupos que vivem e trabalham no campo serem incorporadas à educação formal (CONFERÊNCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CAMPO, 1998).

A incorporação das experiências formativas não formais dos camponeses à sua educação formal vai ao encontro do conceito de educação da LDB. Segundo seu Art. 1º, “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASIL, 1996).

Foi ainda na I Conferência que foi batizada a expressão campo como contraponto à mais utilizada, meio rural. Com isso, a educação rural cedeu lugar à Educação Básica do Campo (CALDART, 2012). Essas mudanças possibilitaram que o camponês não fosse mais tratado de forma isolada, dissociado de suas lutas coletivas e de seu trabalho. Ele passou a ser considerado em sua dimensão histórica e política.

O Seminário Nacional realizado em Brasília de 26 a 29 de novembro de 2002 deu continuidade ao Movimento iniciado na I Conferência e resultou no texto Por uma Educação do Campo: Declaração 2002.

¹⁸ Lei n. 9.394/96, Art. 29º, Art. 32º, Art. 37º e Art. 39º (BRASIL, 1996).

O texto fez referência às ações dos diferentes sujeitos que se articularam para promover encontros e programas de formação de educadores desde o início do Movimento. Também destacou a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Parecer no 36/2001 e Resolução 1/2002 do Conselho Nacional de Educação) como uma conquista no âmbito das políticas públicas (POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO: DECLARAÇÃO 2002).

As Diretrizes são um marco legal para o Movimento, pois foi instituída uma legislação direcionada para a Educação do Campo. No Parecer a relatora considera que o campo é mais do que um perímetro não-urbano, é “um campo de possibilidades que dinamizam a ligação dos seres humanos com a própria produção das condições da existência social e com as realizações da sociedade humana (BRASIL, 2001, p.2). O campo é, portanto, um lugar de vida dos camponeses e quilombolas e, sobretudo, um lugar de educação (FERNANDES, 2002).

De acordo com o parágrafo único do Artigo 2º da Resolução 1/2002,

A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva do país (BRASIL, 2002).

A Resolução viabiliza a organização do calendário escolar em diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem¹⁹ e a participação dos movimentos sociais no processo de elaboração, desenvolvimento e avaliação das propostas pedagógicas nas instituições de ensino²⁰. Ressalta também uma formação de professores focada nas especificidades do campo, uma formação que reconheça o protagonismo das crianças, jovens e adultos camponeses na construção de sua vida²¹.

Segundo Fernandes (2002) as Diretrizes marcaram um ponto de chegada da caminhada em direção ao reconhecimento da Educação do Campo. Mas, como toda a chegada

¹⁹ Art. 7º.

²⁰ Art. 9º, Art. 10º e Art. 11º.

²¹ Art. 13º.

é um movimento, marcaram ao mesmo tempo um ponto de partida em busca de sua efetiva realização.

Após a valorização do campo e dos sujeitos que nele vivem, com o estabelecimento das Diretrizes, o Ministério da Educação instituiu em 2003, por meio da Portaria nº 1374, um Grupo Permanente de Trabalho em Educação do Campo que reuniu os movimentos sociais e as instâncias oficiais para discutirem e definirem as políticas de Educação do Campo a nível nacional (BRASIL, 2003)²². Partindo de diagnósticos do setor educacional, dos interesses dos sujeitos que vivem no campo e das demandas dos movimentos sociais o Grupo elaborou as Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo. Neste documento foram apresentados os dois elementos que fundamentam a Educação do Campo: a superação da dicotomia entre rural e urbano e a necessidade de recriar os vínculos de pertença ao campo.

O primeiro refere-se ao respeito às diferenças entre o campo e a cidade. Isto é, não existe um espaço melhor ou pior que o outro, apenas espaços diferentes que coexistem, cada um com sua lógica e tempo próprio de produção cultural. O segundo fundamento está relacionado com o primeiro e refere-se ao sentimento de pertença que cria o mundo para que os sujeitos possam existir. Ao se respeitar as diferenças entre campo e cidade, é preciso reconhecer e respeitar as diferenças no modo de viver em cada um desses espaços. Os sujeitos precisam se reconhecer como integrantes de uma comunidade para que possam defender suas ideias, recriar formas de convivência e transmitir os valores através das gerações. Por isso, a luta pelo direito à terra e pela educação devem ser considerados no processo educativo, já que é a partir dessas lutas que o sentimento de pertença e a identidade com a terra e com a comunidade vão sendo recriados (BRASIL, 2003).

A concretização dos elementos, porém, exige a implementação de políticas que compreendam os princípios da Educação do Campo. De acordo com o documento Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo, esses princípios são: (a) a qualidade; (b) o respeito à lógica do campo; (c) o vínculo com o local onde os sujeitos vivem: o campo; (d) o vínculo com a realidade dos sujeitos do campo, com o trabalho na terra como produtor de

²² O GPTEC é composto por representantes das secretarias do MEC e Gabinete do Ministro, representante do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, do Conselho Nacional de Educação – CNE. As organizações e instituições da sociedade civil que atuam na área de educação do campo, principalmente as que representam os trabalhadores rurais, acompanham as atividades do grupo.

cultura; (e) o vínculo com a formação dos sujeitos , suas lutas, sonhos, lembranças e formas de organização; (F) a ação comprometida com o fortalecimento da sustentabilidade do campo no Brasil; (g) o respeito à heterogeneidade dos povos do campo (BRASIL, 2003).

Uma educação pública de qualidade é um direito de todos os brasileiros, independente do lugar onde nasceram. Contudo, a vida no campo é diferente da vida na cidade, por isso a lógica do campo deve ser respeitada e a educação deve ser desenvolvida de acordo com os tempos e espaços onde os sujeitos criam e recriam sua identidade. No campo, os sujeitos constroem valores, atitudes, conhecimentos, práticas, enfim, possuem seus próprios modos de se relacionar, de se organizar, de viver. Por isso, os conhecimentos desenvolvidos nos projetos de educação do campo devem ter vínculo com o local onde os sujeitos vivem, com a realidade desses sujeitos e com sua formação histórica, suas lutas, sonhos, lembranças e formas de organização (BRASIL, 2003)

A realidade do campo se distancia da lógica meramente produtivista da terra e do trabalho. Este não é entendido como uma ocupação ou um emprego, nem uma mercadoria a ser vendida. Os sujeitos do campo historicamente construíram uma relação de pertença e de respeito à terra, compreendendo o trabalho como fator humanizador. Por isso, uma experiência de educação do campo deve priorizar uma interpretação da realidade que possibilite a construção de modelos alternativos de agricultura, de tecnologia, de produção econômica e de relações de trabalho e de vida a partir de estratégias solidárias. Uma educação comprometida com o fortalecimento da sustentabilidade do campo no Brasil, sem perder a inter-relação com o conhecimento produzido na e para a cidade (BRASIL, 2003).

Isto é, os projetos de educação do campo devem estar voltados para uma formação que estimule os sujeitos do campo a construir coletivamente conhecimentos orientados para a reinvenção do campo brasileiro. Para que este se desenvolva de uma forma mais justa e ecologicamente sustentável.

Uma característica dos povos do campo que devem ser levados em consideração é sua heterogeneidade, impossibilitando a padronização na proposição, implementação e desenvolvimento das políticas públicas que os beneficiam. Portanto, todos os sujeitos envolvidos com os projetos devem se organizar para pensar nas questões específicas de cada região (saneamento, saúde, educação, trabalho, fome, moradia, abastecimento de água, entre outras) e articular com as questões nacionais (BRASIL, 2003).

Em julho de 2004 foi criada, no âmbito do Ministério da Educação, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)²³. Dentro dessa secretaria foi instituída a Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), que divide-se em dois grupos: o Grupo Permanente de Educação do Campo e pesquisa: Trabalho de Educação do Campo (GPT), da Secad/MEC²⁴; e os grupos executivos estaduais de Educação do Campo ou fóruns estaduais²⁵ (BRASIL, 2007, p. 9). Os principais programas, projetos e ações da SECAD para a educação do campo foram: o programa Saberes da Terra, iniciado em dezembro de 2005; o programa de apoio à Educação do Campo; o programa de Licenciatura em Educação do Campo – PROCAMPO; a criação de um plano nacional de formação dos profissionais da Educação do Campo; a revisão do Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/2001; e a criação de um fórum permanente de pesquisa em educação do Campo (BRASIL, 2007).

Segundo Munarim (2006), as portas do Estado, especificamente do MEC, que sempre estiveram trancadas aos interesses e aspirações das classes populares, se abriram com a criação da Coordenação. Na verdade, as vozes dos sujeitos organizados que gritavam por políticas públicas que assegurassem a igualdade de direitos finalmente foi ouvida na máquina pública.

Entre os dias 02 e 06 de agosto de 2004 foi realizada a II Conferência Nacional Por uma Educação do Campo (II CNEC). Segundo Caldart (2012, p.260), o lema do evento foi “Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado”, expressando o entendimento que a luta pela educação em todos os níveis de ensino deve se dar no âmbito do espaço público.

O evento contou com a participação de mais de mil sujeitos que assinaram a declaração final da IICNEC. Nessa declaração foram apresentadas as seguintes demandas: 1. Universalização do acesso da população brasileira que trabalha e vive no e do campo à Educação Básica de qualidade social por meio de uma política pública permanente; 2. Ampliação do acesso e garantia de permanência da população do campo à Educação Superior

²³Em 2011 os programas de educação inclusiva foram incorporados à SECAD, que passou a se chamar Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

²⁴O GPT é constituído no âmbito do MEC e trata-se da articulação permanente entre esse Ministério e os movimentos sociais do campo para a proposição de alternativas políticas e linhas de ação a serem adotadas pelo Estado com relação à educação (MUNARIM, 2006).

²⁵Os grupos executivos estaduais de Educação do Campo são articulações no âmbito dos estados federados resultantes dos seminários estaduais de Educação do Campo (MUNARIM, 2006).

por meio de uma política pública permanente²⁶; 3. Valorização e formação específica de educadoras e educadores do campo por meio de uma política pública permanente; 4. Respeito à especificidade da Educação do Campo e à diversidade de seus sujeitos (CONFERENCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004).

Em outubro de 2004, o Ministério da Educação e o Ministério do Desenvolvimento Agrário assinaram, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do INCRA/PRONERA, um convênio para a realização da Pesquisa Nacional da Educação na Reforma Agrária (PNERA)²⁷. O objetivo da pesquisa foi avaliar as percepções dos presidentes de associações dos assentamentos, dos dirigentes das escolas dos assentamentos e das famílias assentadas com relação à estrutura educacional nos assentamentos da Reforma Agrária. A pesquisa resultou na criação de um rico banco de dados que contém a demanda e a oferta educacional existentes em 5.595 assentamentos brasileiros criados pelo INCRA. Foram levantadas informações de uma população de 2,6 milhões de pessoas, das quais 987 mil eram estudantes (BRASIL, 2005). Os dados indicaram baixos níveis de oferta educacional, especialmente no ensino superior, e uma grande demanda não atendida²⁸.

A criação da SECAD e suas ações, somados aos resultados da II Conferência e os dados obtidos com a PNERA estimularam os estudos sobre educação do campo²⁹ e as

²⁶Esta demanda inclui outras seis: a interiorização das Instituições de Ensino Superior, públicas, gratuitas e de qualidade; formas de acesso não excludentes ao ensino superior nas universidades públicas; cursos e turmas específicas para atendimento das demandas de profissionais do campo; concessão de bolsas de estudo em cursos superiores que sejam adequados a um projeto de desenvolvimento do campo; inclusão do campo na agenda de pesquisa e de extensão das universidades públicas; financiamento pelo CNPq, FINEP e outras agências de fomento para pesquisa sobre a agricultura familiar/camponesa e outras formas de organização e produção das populações do campo e, também, sobre Educação do Campo (CONFERENCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2004).

²⁷ Em julho de 2012, por meio da parceria do Incra com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Unesp, foi iniciada a II PNERA para sistematizar os resultados das ações do Programa desde sua criação em 1998 até 2011. Em uma reunião que aconteceu no dia 13 de março os pesquisadores se reuniram na sede do INCRA em São Paulo para apresentar os resultados da pesquisa. Decidiram na reunião criar um banco de dados permanente, o DATAPRONERA, contendo o cadastro dos cursos, educadores, educandos, instituições de ensino e parceiros que oferecem cursos do PRONERA (INCRA, 2014).

²⁸ Até 2004 o ensino fundamental foi a modalidade com maior número de matrículas nas áreas de reforma agrária no Brasil, com 625.779 matrículas; seguido pela EJA, com 71.939 matrículas; educação infantil, com 62.618 matrículas; ensino médio, com 32.026 matrículas; educação especial, com 4.023 matrículas; educação profissional, com 3.482 matrículas; e pelo ensino superior, com apenas 203 matrículas (BRASIL, 2005).

²⁹ Foram criados os Observatórios da Educação do Campo, onde diversos estudiosos de universidades públicas federais, dentre as quais Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), UnB, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Ceará (UFCE), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC),

articulações entre os diferentes sujeitos interessados no tema. Estes têm organizado, de 2004 até hoje, eventos em nível nacional³⁰ e regional³¹.

Dois eventos relacionados marcaram a consolidação da Educação do Campo como política de Estado. No dia 16 de agosto de 2010 foi criado o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC) num encontro de algumas dezenas de representantes de movimentos sociais do campo e de universidades na sede da CONTAG, em Brasília. Os debatedores tomaram posição contra a criminalização dos movimentos sociais, contra o fechamento e a favor da construção de novas escolas do campo. Contudo, o FONEC³² só foi lançado quatro meses

universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal do Pará (UFPA), passaram a trabalhar com a base de dados do INEP.

³⁰ No período de 19 a 21 de setembro de 2005, aconteceu o I Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo (BRASIL, 2007). Entre 02 e 05 de outubro de 2007 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizou o III Seminário Nacional do PRONERA na cidade de Luziânia/GO, por meio INCRA (MOLINA, 2010). No período de 06 a 08 de agosto de 2008 foi realizado, na universidade de Brasília, o II Encontro Nacional de Pesquisa em Educação do Campo e o II Seminário sobre Educação Superior e as Políticas para o Desenvolvimento do Campo Brasileiro (HACKBART, 2008). Também em 2008 foi realizado o II Seminário Sobre Educação Superior e as políticas para o desenvolvimento do campo brasileiro. Em 2010 foi organizado o I Seminário de Educação do Campo e Contemporaneidade: transpondo fronteiras; em 2011, o II Seminário de Educação do Campo e Contemporaneidade na UNB; em 2012, o III Seminário de Educação do Campo e Contemporaneidade: Educação do Campo e Contemporaneidade: políticas e itinerâncias; e, em 2014, o IV Seminário que teve como tema Educação do Campo e Contemporaneidade: campesinato, culturas e educação.

³¹ Foram organizados os seminários regionais em todo o Brasil para o debate e a socialização das práticas da Educação do Campo. No Rio Grande do Sul, o primeiro evento – o I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do Rio Grande do Sul: campo e cidade em busca de caminhos comuns (I SIFEDOC), foi realizado de 12 a 14 de 2012 na cidade de Pelotas. Para dar continuidade às discussões geradas nesse evento e ampliar o espaço de reflexão sobre Educação do Campo no RS, foram organizados outros quatro seminários em 2013: o I Seminário de Educação do Campo da Região de Passo Fundo e Erechim: Projetos Político Pedagógico de Escolas do Campo no RS (de 02 a 04 de outubro, em Erechim); o II Seminário de Educação do Campo da Região de Pelotas, Jaguarão, Bagé e Entorno: Projetos Político Pedagógico de Escolas do Campo no RS (06 e 07 de outubro, em Jaguarão); o I Seminário Regional de Educação do Campo: Projetos Políticos Pedagógicos das Escolas do Campo - Região Centro e Fronteira Oeste do RS, e o I Encontro PIBID Interdisciplinar Educação do Campo (22 e 23 de outubro, em Santa Maria); e o I Seminário Regional de Educação do Campo: Políticas Públicas e Formação de Professores do Campo (17 e 18 de dezembro, em Porto Alegre). De 08 a 10 de outubro de 2014 foi realizado, em Santa Maria, o II Seminário Internacional de Educação do Campo e Fórum Regional do Centro e Sul do RS: educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina (II SIFEDOC).

³² Nos dias 13 e 14 de julho de 2013 aconteceu na sede da CONTAG, em Brasília, a Oficina de Planejamento do FONEC para os anos de 2013 e 2014. A Oficina foi convocada pela Coordenação Nacional do FONEC para elaborar propostas de ação para o próprio FONEC na sua composição nacional e nos estados. Contou com representantes estaduais do Movimento Nacional de Educação do Campo. Estiveram presentes 38 representantes de movimentos sociais e sindicais do campo; 17 de instituições públicas universitárias; 09 de secretarias de estado da educação e dois representantes da Frente Parlamentar Mista de Educação do Campo; um representante da UNDIME e um representante do Unicef; um Servidor do MEC e um do MDA. Foram discutidos os seguintes eixos temáticos: formação de educadores; EJA, educação profissional; construção de escolas no campo; Produção de Material Didático-Pedagógico para as Escolas do Campo; questões mais gerais

depois, no dia 04 de dezembro de 2010, com a conquista do decreto da Presidência da República que dispôs sobre a educação do campo e instituiu o PRONERA (CALDART, 2012; MUNARIM, 2014).

3.2 O PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA (PRONERA)

O PRONERA é uma política pública do governo federal brasileiro destinada à educação formal de assentados da Reforma Agrária e do Crédito Fundiário e à formação de educadores que atendam a população assentada (SANTOS, 2012). O programa foi gestado em um contexto de exaltação da luta pela Reforma Agrária e de forte debate sobre o direito universal à educação.

Segundo Santos (2012), a organização e a luta dos sem-terra pela Reforma Agrária se intensificaram após os massacres de Corumbiara, em Rondônia, em 1995, e de Eldorado dos Carajás, em 1996. Os MSPdoC aproveitaram esse momento para levar a público questões esquecidas ou desconhecidas pelas autoridades, entre elas a situação da educação do campo (SANTOS, 2012).

Também em 1996, o Ministério Extraordinário da Política Fundiária (MEPF)³³ encomendou o I Censo da Reforma Agrária ao Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). Os objetivos da pesquisa foram: identificar as famílias assentadas em áreas da Reforma Agrária do governo federal, verificar a situação sócio-econômica dessas famílias e atualizar o cadastro de assentados nos estados brasileiros. O projeto foi coordenado pela Universidade de Brasília (UnB) e contou com a participação de 29 universidades

como o ENEM-SISU que inviabiliza o acesso diferenciado dos povos do campo ao ensino superior e a intensificação da participação do FONEC nas políticas de Educação do Campo (FONEC, 2013)

³³O MEPF foi criado em 1996 por meio do Decreto nº 1.889/96 (BRASIL, 1996). Em 1999, o MEPF foi transformado em Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar por meio da Medida Provisória nº 1911-12/99 (BRASIL, 1999) Em 2000 foi instituído o Ministério do Desenvolvimento Agrário pelo Decreto nº 33.338/2000 (BRASIL, 2000), que foi alterado em 2003 Decreto nº 4.723/03, mantendo o nome do ministério e definindo suas competências (BRASIL, 2003).

(federalis, estaduais e comunitárias), 41 professores/supervisores e 1.800 estudantes. (I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA, 1997).

Os dados do Censo revelaram os baixos índices de escolaridade dos assentados. De acordo com Molina e Jesus (2011), esses dados geraram discussões sobre as escolas do campo durante o I ENERA, em 1997. Foi nesse momento que se pensou num programa para fazer avançar a escolarização nos assentamentos (MOLINA, JESUS, 2011).

Em 16 de abril de 1998, por meio da Portaria nº 10/98, o MEPE criou oficialmente o PRONERA e aprovou o seu Manual de Operações. De acordo com Santos, (2012), inicialmente o programa passou a executar prioritariamente projetos de alfabetização e de escolarização em séries iniciais.

No ano de 2001 o Programa foi incorporado ao INCRA, que aprovou a edição de um novo Manual de Operações. As ações do PRONERA foram se fortalecendo e ampliando de tal forma que no ano de 2004 o programa passou a integrar o Plano Plurianual (PPA) do governo federal³⁴. O PRONERA passou, com isso, a integrar o Orçamento Geral da União (OGU) e a contar com os recursos do governo para a execução de suas ações (SANTOS, 2012).

Na mesma época foi realizado o PNERA cujos resultados já mencionados neste trabalho apontaram para a necessidade de ampliar as ações do PRONERA para os níveis médio e superior. Segundo Santos (2012, p.630), “os próprios movimentos sociais passaram a demandar projetos de cursos superiores, inicialmente restritos à área de Pedagogia e Licenciaturas, posteriormente ampliados para as outras áreas, como as de Ciências Agrárias.”

Em 16 de junho de 2009, por meio da Lei nº 11.947, o Poder Executivo foi autorizado a instituir o PRONERA, a ser implantado no âmbito do MDA e executado pelo INCRA (BRASIL, 2009). Este foi instituído somente em 2010, como já dito neste trabalho.

Os objetivos do PRONERA, segundo o Art. 12 do Decreto, são:

I - oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino; II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos (BRASIL, 2012)

³⁴O PPA é um instrumento previsto no Art. 165 da Constituição Federal por meio do qual o governo declara o conjunto das políticas públicas para um período de quatro anos (BRASIL, 1988).

Os beneficiários do PRONERA, segundo o Art. 13 do Decreto, são:

I - população jovem e adulta das famílias beneficiárias dos projetos de assentamento criados ou reconhecidos pelo INCRA e do Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNFC; II - alunos de cursos de especialização promovidos pelo INCRA; III - professores e educadores que exerçam atividades educacionais voltadas às famílias beneficiárias; e IV - demais famílias cadastradas pelo INCRA (BRASIL, 2012).

Após ser instituído, o PRONERA também assumiu um caráter instituinte com o desenvolvimento dos projetos orientados por seu Manual de Operações. Segundo Santos (2012, p.631) “o PRONERA instituiu possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal, por meio dos princípios básicos da participação e da multiplicação”.

A gestão do programa divide-se em: Gestão Nacional e Gestão Estadual. A primeira é exercida pela Coordenação Geral de Educação do Campo e Cidadania (DDE) e Divisão de Educação do Campo (DDE-1) no INCRA Sede, com assessoria e consultoria da Comissão Pedagógica Nacional (CPN) do PRONERA composta por representantes do INCRA, dos movimentos sociais e professores de universidades de diversas regiões e áreas de conhecimento. A Gestão Estadual é composta pelas Superintendências Regionais do Incra e os Colegiados Estaduais (BRASIL, 2014).

Para a execução dos projetos no âmbito do PRONERA, podem ser firmados convênios, termos de execução descentralizada ou outros instrumentos entre o INCRA e as instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos e demais órgãos e entidades públicas³⁵ (BRASIL, 2012). As parcerias com Organizações da Sociedade Civil, serão firmadas por meio de termo de fomento³⁶. O instrumento de convênio deve demonstrar o interesse recíproco de colaboração entre o INCRA e a instituição de ensino que apresentar o projeto. O termo de execução descentralizada é o instrumento por meio do qual o INCRA transfere crédito para outro órgão ou entidade federal da mesma natureza (órgão da Administração Pública Federal Direta, Autarquia, Fundação Pública, ou Empresa Estatal dependente) (BRASIL, 2014).

³⁵ Art. 14 do Decreto n.º 7.352/2010.

³⁶ Lei 13.019/14. Segundo o Art. 17, “o termo de fomento deve ser adotado pela administração pública em caso de transferências voluntárias de recursos para consecução de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a administração pública, selecionadas por meio de chamamento público” (BRASIL, 2014).

Segundo o Manual do PRONERA (BRASIL, 2014), a elaboração dos projetos é de responsabilidade das universidades. Após a identificação das demandas e a construção coletiva dos projetos junto ao público beneficiário, as universidades devem enviá-los à Superintendência Regional do INCRA (SR). A equipe regional do PRONERA analisa os projetos, emite parecer técnico e encaminha à Coordenação Nacional do Programa. Depois, eles são apresentados na reunião da CPN onde um de seus membros – um professor universitário – analisa e emite parecer. Os projetos reprovados ou aprovados com ressalvas são devolvidos à SR e encaminhados às universidades para reformulação. Os projetos aprovados são devolvidos às SR para verificar a disponibilidade orçamentária para a implantação e solicitação do Plano de Trabalho às universidades federais proponentes com a assinatura de seu representante máximo para a formalização do processo.

De acordo com o Manual de Operações do PRONERA (BRASIL, 2014), todos os parceiros devem participar das decisões sobre a elaboração, execução e acompanhamento dos projetos, orientados pelos princípios do diálogo, da práxis, da transdisciplinariedade e da equidade. Esses são os princípios que orientam a organização dos projetos para que os camponeses e suas organizações entrem nas instituições de ensino e possam, com os professores, pensar e desenvolver as ações relativas a todo o processo (SANTOS, 2012).

O princípio do diálogo prevê que a cultura do grupo, os diferentes saberes e a produção coletiva do conhecimento sejam valorizados e estejam presentes em todo o processo educativo. O princípio da práxis envolve educandos, educadores e técnicos em ações sociais concretas, interpretação crítica da realidade e aprofundamento teórico, numa dinâmica que baseia-se no movimento ação-reflexão-ação para a transformação da realidade. O princípio da transdisciplinaridade refere-se à articulação entre os saberes formais e os saberes da prática dos camponeses no processo educativo, considerando todos os seus aspectos valorativos (sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia e religioso). Para que isso ocorra, deve ser construído um projeto político-pedagógico com ações teoricamente consistentes e contextualizadas³⁷. O princípio da equidade refere-se ao estabelecimento de

³⁷Nos projetos, as ações planejadas devem comportar três etapas básicas: investigação dos grandes temas sociais geradores que mobilizem o grupo e que podem ser transformados também em eixos temáticos estruturadores do currículo de cada nível de ensino e/ou curso; contextualização crítica dos temas geradores identificados privilegiando uma abordagem histórica, relacional e problematizadora voltada para a transformação da realidade; processo educativo vinculado às ações concretas resultantes dos estudos realizados para a superação dos limites do grupo e de sua realidade (BRASIL, 2014, p.11).

diretrizes próprias para a articulação do PRONERA com as demais políticas públicas federais, estaduais e municipais e de parceiros responsáveis por políticas sociais (BRASIL, 2014).

Entre as instituições de ensino onde são desenvolvidos estes projetos estão as universidades públicas. Segundo Santos (2012, p. 632), a presença do sujeito coletivo do campo no ambiente acadêmico

tem fortalecido a perspectiva de novas práticas nos campos do ensino e da pesquisa, não como novidade pedagógica, mas como práxis, resultado de uma interação entre sujeitos historicamente estranhos – daí tratar-se de uma interação que nem sempre é pacífica, mas, ao contrário, é normalmente tensa e conflitiva e, por isso mesmo carregada de potencialidades emancipatórias.

O PRONERA também institui novas formas de acesso, permanência e organização no ensino superior. Após a autorização da abertura de uma turma especial numa universidade, é realizado o processo seletivo dos educandos. Este deve ser organizado de acordo com o estatuto e regulamento da instituição proponente e com as especificidades do curso ofertado e do público beneficiário. Nas provas e entrevistas poderão ser abordados conteúdos referentes à questão agrária, fundiária e agrícola brasileira e à Educação do Campo (BRASIL, 2014).

No que se refere à permanência dos educandos nos cursos, o INCRA financia a alimentação, a hospedagem, o deslocamento, o material didático-pedagógico, os espaços físicos, os recursos humanos e as bolsas³⁸. Quanto à organização, os projetos de educação do campo devem ser desenvolvidos em regime de alternância, caracterizado por dois momentos: o Tempo Escola, que deve corresponder a 70% da carga horária do curso e acontecer nos centros de formação; e o Tempo Comunidade, que deve corresponder a 30% da carga horária do curso e ser desenvolvido na comunidade de origem do educando (BRASIL, 2014). Segundo Machado e Melo (2012), o objetivos do Tempo Comunidade são possibilitar que os educandos retornem às suas práticas de trabalho no campo para não perderem o vínculo com a base e desenvolver os conteúdos trabalhados no Tempo Escola por meio de atividades de leitura dirigida e outros trabalhos orientados pelos professores responsáveis pelas disciplinas do curso.

³⁸ A Instrução Normativa Nº 75, de 19 de novembro de 2012, regulamenta a concessão e a manutenção de bolsas a professores das redes públicas e a estudantes beneficiários do Programa Nacional de Educação nas Áreas de Reforma Agrária – PRONERA (BRASIL, 2012).

A prática da alternância teve início na França em 1935, quando um pequeno grupo de agricultores insatisfeitos com o sistema educacional do país iniciaram um movimento que enfatizava a necessidade de uma educação que articulasse os momentos de atividade no meio socioprofissional dos educandos e a atividade escolar (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008).

No Brasil, a Pedagogia da Alternância foi introduzida em 1969 em Anchieta, no Espírito Santo, pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES). Logo os Centros Familiares e Formação por Alternância se expandiram para estados de todas as regiões do Brasil. O Parecer 1/2006 reconheceu os dias letivos para a Pedagogia da Alternância, reconhecendo os Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), que compreende os EFA, CFR e ECOR e se organiza em três associações: União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (UNEFAB), Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (ARCAFAR-SUL) e Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Nordeste e Norte do Brasil (ARCAFAR-NORTE-NORDESTE)³⁹ (BRASIL, 2006).

Ribeiro (2008; 2010) afirmou que as experiências de Pedagogia da Alternância desenvolvidas nas Casas Familiares Rurais (CFRs) e nas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) são diferentes da alternância de tempos-espços de trabalho-educação na Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (FUNDEP) e no ITERRA. Para a autora, os CFRs e as EFAs insistem em permanecer com a educação rural, ao mesmo tempo que articulam trabalho e educação por meio da Pedagogia da Alternância. Os agricultores são preparados para permanecerem no campo, mas sem a relação com a luta pela terra. As experiências da FUNDEP e do ITERRA que vêm sendo desenvolvidas no Brasil baseiam-se na proposta pedagógica formulada pelo MST, que vincula educação e luta pela terra dentro de um projeto popular de sociedade (RIBEIRO, 2010).

Os MSPdoC utilizam o aparato legal sobre a Pedagogia da Alternância para o projeto dos cursos via PRONERA, mas constroem o regime de alternância ao longo do

³⁹ As experiências brasileiras da pedagogia da alternância no Brasil são: Escolas Famílias Agrícolas (EFA), Casas Familiares Rurais (CFR), Escolas Comunitárias Rurais (ECOR), Escolas de Assentamentos (EA), Programa de Formação de Jovens Empresários Rurais (PROJOVEM), Escolas Técnicas Estaduais (ETE), Casas das Famílias Rurais (CDFR), Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (CDEJOR) (BRASIL, 2006).

desenvolvimento dos cursos⁴⁰. Santos (2012) acredita que o processo formativo dividido entre Tempo Escola e Tempo Comunidade assegura a indissociabilidade entre os conhecimentos sistematizados no ambiente acadêmico e os conhecimentos historicamente construídos pelos trabalhadores em seus processos de produção da vida no campo.

⁴⁰ A alternância faz parte da engenharia social, que é o processo de montagem da experiência de educação do campo. Os elementos dessa engenharia formam e determinam o leito onde o método pedagógico vai acontecer (Coletivo Político Pedagógico, 2003).

4 AS TURMAS ESPECIAIS DE MEDICINA VETERINÁRIA NA UFPEL

4.1 A CRIAÇÃO DO CURSO

Os primeiros passos para a criação das TEMV foram a identificação da demanda educacional nas áreas de Reforma Agrária e a elaboração do Projeto Pedagógico. O MST foi quem identificou a necessidade do curso de Medicina Veterinária nos assentamentos e propôs sua criação ao INCRA e à universidade.

O principal articulador é o MST, mas tem os sindicatos rurais e outros movimentos sociais. Nós temos um curso, o primeiro no RS, em Frederico Westphalen, que é a tecnologia em agropecuária, que é destinado aos beneficiários do Crédito Fundiário, então não partiu do MST. Eles levantam a demanda, qual a necessidade daquele assentamento, junto com as ONGs, verificam qual a universidade que topa fazer, daí eles encaminham. Tem que ta aberta uma chamada pública, eles encaminham o projeto, uma coordenação pedagógica avalia o projeto. Se aprovado pelo PRONERA na superintendência, nós fazemos algumas alterações mais técnicas (TÉCNICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INCRA)

O projeto foi elaborado pelo setor de educação do MST⁴¹. Este é o setor cujos integrantes são encarregados por identificar as necessidades educacionais nos acampamentos e assentamentos e por buscar respostas para essas necessidades. Entre as principais tarefas desenvolvidas pelo grupo estão: erradicar o analfabetismo no campo, lutar pela construção e manutenção de escolas de ensino fundamental e médio dentro dos assentamentos, lutar pela capacitação de professores e outros profissionais para atuarem no campo⁴².

Se nós esperar pelas universidades eles nunca vão fazer pra gente. Nós que pautamos, colocamos as demandas, vamos pra cima, olha nós temos tal demanda, gostaríamos que fizesse tal curso, tal atividade. Se esperasse pela universidade nós nunca íamos ter uma turma de Medicina Veterinária. Parte dos movimentos

⁴¹ Em 1987 as pessoas de vários pontos onde o MST estava organizado no país e engajadas na questão da educação do Movimento realizaram, em São Mateus no Espírito Santo, o I Encontro Nacional de Educadores do MST. O fruto desse encontro foi o Setor de Educação do MST, criado em 1988 para defender o direito constitucional à educação. (LERRER, 2012).

⁴² As famílias do MST estão organizadas por setores interligados. Cada setor possui tarefas específicas, organizadas de acordo com as necessidades de cada assentamento, acampamento ou estado do Brasil.

socioterritorias essas demandas, que tem o conhecimento de causa, da realidade [...]As universidades não tem iniciativa, mesmo alguns professores isolados que tem vontade, mas se tem uma pressão externa aí sim que se consegue abrir o diálogo pra efetivamente se ter o curso, senão não sai (MILITANTE DO MST QUE COMPÕE O CAPP)

As discussões sobre a criação de um curso superior para os assentados é histórica. Desde sua origem, na década de 1980, o MST lutou pela criação de cursos de licenciatura que formassem educadores do MST e para esse público. O objetivo era formar educadores que tivessem vivenciado a lógica do Movimento e pudessem desenvolver uma educação popular nos assentamentos da Reforma Agrária. A demanda por cursos na área das ciências agrárias teve início na década de 1990 e partiu da necessidade de desenvolver os conhecimentos dos camponeses sobre as questões ligadas ao campo produtivo para que um modelo centrado na justiça social, no respeito ao ambiente e na coletividade pudesse ser implementado (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA TEMV, 2013)

Ao longo das discussões, o MST percebeu que para qualificar o modelo produtivo construído nos assentamentos seria fundamental a formação de agricultores que compreendessem questões que vão além das ligadas à produção. A importância de atingir a área da Medicina Veterinária ficou demonstrada na falta de profissionais preparados e dispostos para atuarem nas áreas de Reforma Agrária. No Projeto Político Pedagógico da TEMV (2013, p.3) consta a dificuldade de preencher as vagas nos convênios firmados de assistência técnica e social no Rio Grande do Sul que, “em outras ocasiões, chegou a contar em seu quadro de técnicos com 13 (treze) profissionais da medicina veterinária e hoje conta com apenas 5 (cinco) trabalhando no campo”.

Existe uma deficiência muito forte nas bases com relação aos técnicos, porque geralmente quem se forma nessas áreas como a Medicina Veterinária vai trabalhar pras empresas, em vendas, agropecuária e tudo mais, e a nossa ideia é que os estudantes voltem pra trabalhar nos assentamentos. Nós estamos formando os nossos próprios veterinários pra trabalhar junto com as famílias assentadas do Brasil inteiro (MILITANTE DO MST QUE COMPÕE O CAPP)

O MST iniciou, então, a caminhada rumo à abertura de um curso de medicina veterinária para o público da reforma agrária. Ao longo do caminho foram encontrados diversos obstáculos, inicialmente pelo caráter elitista do curso no Brasil.

Historicamente os bancos universitários têm sido ocupados principalmente pela classe dirigente brasileira (FERNANDES, 1975; MINTO, 2012; PINTO, 1994; RIBEIRO, 1978)⁴³. Essa situação é ainda pior quando se dirige o olhar para os cursos tradicionais que carregam em sua história o prestígio de serem considerados superiores aos demais, alimentando a admiração daqueles que não podem neles ingressar e o orgulho daqueles que deles são egressos.

De acordo com dados do E-MEC (2015), o Rio Grande do Sul conta com treze instituições de ensino superior que oferecem o curso de Medicina Veterinária⁴⁴ – nove privadas⁴⁵ e quatro públicas⁴⁶. Entre as instituições públicas encontra-se a UFPel, cujo curso regular de Medicina Veterinária obteve nota três no Conceito de Curso (CC), nota três no Conceito Preliminar de Curso (CPC) e nota quatro no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE). Na mesma instituição, a TEMV obteve nota quatro no Conceito de Curso (CC).

O curso de Medicina Veterinária é um curso tradicionalmente voltado para a formação das elites, principalmente na cidade de Pelotas que abrigou a primeira escola de ensino veterinário do país - a Escola de Agronomia e Veterinária de Pelotas, inaugurada em dezembro de 1883⁴⁷ (PFUETZENREITER; ZYLBERSZTAJN; PIRES, 2001). A escola foi uma das instituições de maior renome na cidade durante a Primeira República. Segundo

⁴³ Somente a partir da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, que o cenário do ensino superior público apresentou indicativos de mudança no Brasil, pois várias foram as ações do governo para a ampliação e democratização dessa modalidade de ensino (GOULART; GOULART; VOLTZ, 2013). Dentre elas encontram-se: a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições privadas através do Programa Universidade para Todos (ProUni), as políticas de cotas e a implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o aprimoramento do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES) criado em 1999 no governo FHC, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), a expansão da Rede Federal de Educação (REUNI) e a criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

⁴⁴ Segundo dados do Ranking Universitário Folha, uma avaliação anual do ensino superior do Brasil feita pela Folha de São Paulo desde 2012, em 2014 existiam 166 instituições de ensino superior que ofereciam o curso de Medicina Veterinária no Brasil. Do total de cursos, 54 instituições públicas e 112 instituições privadas (RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA, 2014).

⁴⁵ Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade de Passo Fundo (UPF), Universidade de Cruz Alta, o Centro Universitário Ritter dos Reis (UNIRITTER), Universidade Luterana do Brasil, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Faculdade IDEAU e Faculdade Murialdo (FAMUR).

⁴⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA).

⁴⁷ Em 1885, o ministro da Agricultura transferiu os recursos das obras dessa instituição para a construção da Estação Agronômica de Campinas. O estabelecimento de ensino iniciou as suas atividades apenas em 1888, subsidiado pelo governo municipal, tendo a primeira turma de formandos em 1895 (OLIVEIRA; AMARAL, 2012).

Oliveira e Amaral (2012, p. 578), a Escola de Agronomia e Veterinária foi importante na história da educação de Pelotas “por representar intensamente o desejo da elite em demonstrar a manutenção de seu status e a do ideário de que Pelotas era uma cidade moderna e atualizada”.

A Escola de Veterinária, a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel e a Faculdade de Ciências Domésticas compunham a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. Esta foi transformada, em 1969, na UFPel⁴⁸. Atualmente, a Universidade está dividida entre o Campus do Capão do Leão, Campus da Palma, Campus da Saúde, Campus das Ciências Sociais e o Campus Porto, onde está instalada a Reitoria e as demais unidades administrativas. Além desses Campus, existem também algumas unidades dispersas⁴⁹. A instituição conta com 93 cursos de graduação presenciais e cinco cursos de graduação à Distância, 17 cursos de doutorado, 38 cursos de mestrado e 17 cursos de especialização⁵⁰.

Segundo Machado (2013), a UFPel foi escolhida para abarcar uma turma especial de Medicina Veterinária por sua tradição na formação de profissionais da área e pelo reconhecimento que goza no cenário nacional⁵¹. Então, a partir de 2004 o MST iniciou as tentativas de parceria com a UFPel.

Segundo o Manual do PRONERA (2014), após a negociação com o Movimento, a universidade deve encaminhar o projeto oficialmente ao superintendente regional do INCRA.

Teoricamente teria que ser assim, mas a universidade não vai fazer. Nós discutimos nas instâncias do movimento que gostaríamos de ter uma turma de veterinária, então nós elaboramos o projeto pedagógico e financeiro, deixamos prontos já e encaminhamos pra universidade e pro INCRA já pra buscar o financiamento (MILITANTE DO MST QUE COMPÕE O CAPP).

⁴⁸ Foram anexadas no mesmo ano as Faculdades de Direito e Odontologia, até então ligadas à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e instituições particulares que já existiam em Pelotas, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Escola de Belas Artes Dona Carmem Trápaga Simões, o Curso de Medicina do Instituto Pró-Ensino Superior do Sul do Estado, além do Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (CAVG).

⁴⁹ Faculdade de Odontologia, a Faculdade de Direito, o Serviço de Assistência Judiciária, o Conservatório de Música, o Centro de artes (CA), o Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos (CCQFA), o Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CDTEc), o Centro das Engenharias (CENG), a Escola Superior de Educação Física (ESEF), o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), o Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo (MALG), o Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter e a Agência para o Desenvolvimento da Lagoa Mirim (ALM).

⁵⁰ Dados relativos à novembro de 2014, obtidos na página da UFPel: <http://portal.UFPel.edu.br/historico>.

⁵¹ O MST também apresentou o projeto do curso a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), mas as negociações não foram adiante (MACHADO, 2013).

Foram apresentadas à UFPel três versões do projeto da turma especial de Medicina Veterinária. A primeira versão foi apresentada em 2005 e contou com o apoio de um médico veterinário que concluiu sua graduação na mesma universidade. De acordo com Tunes (2007), essa primeira versão mostrava que o projeto tinha a intenção de criar um curso de caráter técnico e político específico para o MST, com assentados indicados pelo Movimento que seriam “patrulhados” pelos dirigentes do Movimento durante sua vida acadêmica. Isto é, o projeto do curso se opunha à pseudoneutralidade do ensino superior brasileiro.

Em março de 2006 entrou em cena a Comissão de Educação, cultura, desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para convencer a UFPel a abrigar o curso de Medicina Veterinária (SCHNEID, 2007). Então, foi apresentada a UFPel a segunda versão do projeto da TEMV, que foi aprovada pelo Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão (COCEPE) da UFPel, órgão central de supervisão do ensino, da pesquisa e extensão, com funções consultiva, normativa e deliberativa⁵².

Após a aprovação no COCEPE, os diretores das faculdades de Medicina Veterinária, Agronomia e Engenharia Agrícola propuseram a construção do Centro de Capacitação e Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS). O reitor da época, César Borges, argumentava que o CDRS seria um espaço para o ensino e pesquisa sobre temas da Reforma Agrária, com alojamento para 100 alunos, que permitiria a capacitação dos educandos (SCHNEID, 2007). Segundo o professor que acompanhou o processo,

O argumento que foi usado e que parece que o reitor pegou naquele momento foi que, bom, a nossa universidade tá atrasada, precisamos de investimento, então vou tirar daqui o que quiser. Então houve um acordo de construção de moradia etc, que por diversos motivos ele se perdeu no caminho, isso não aconteceu (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP).

No dia 19 de setembro de 2006 o colegiado de Medicina da UFPel realizou uma votação sobre a implantação do curso na universidade, resultando em 11 votos contra e um a favor. Mesmo assim, no dia 28 de dezembro do mesmo ano, o Reitor assinou um convênio com o INCRA no valor de R\$4,5 milhões para a construção do CDRS. No dia 28 de junho de 2007, o então vice-reitor da UFPel Telmo Xavier recebeu no campus Capão do Leão representantes do Conselho Federal e Regional de Medicina

⁵² De acordo com o Art. 21 do Regimento Geral da Universidade (disponível na página da universidade: <http://wp.UFPel.edu.br/scs/regimento/>), integram o COCEPE: o Vice-Reitor, seu Presidente; os Pró-Reitores de Graduação, de Pós-Graduação e Pesquisa e de Extensão; um representante do Conselho Universitário; um representante de cada área da universidade (Ciências Exatas e Tecnologia; Ciências Biológicas; Filosofia e Ciências Humanas; Letras e Artes), eleitos pelos coordenadores dos colegiados de cursos; e dois representantes do corpo discente.

Veterinária, o colegiado do curso de Medicina Veterinária, o diretório acadêmico da UFPel, a diretoria da Associação dos Médicos Veterinários da Região Sul e representante do Sindicato dos Médicos Veterinários (SINVET/RS) para a discussão na qual a maioria se posicionou contra a criação da turma especial (SCHNEID, 2007).

No dia três de julho de 2007, os membros do Conselho da Universidade Federal de Pelotas (CONSUN) se reuniram no prédio da veterinária para debaterem sobre a turma especial⁵³. Nesse momento, foi apresentada a terceira versão do projeto da TEMV, essencialmente similar às versões anteriores. Isto é, o processo seletivo não seria universal, continuaria sendo específico para os assentados. Também o controle das atividades didático-pedagógicas seria exercido pelas comissões do PRONERA e pelos MSPdoC. E no final do curso, o título concedido aos alunos das TEMV seria o mesmo concedido aos alunos das turmas regulares – o de Médicos Veterinários (TUNES, 2007). A decisão sobre a implementação da TEMV foi adiada e uma nova reunião foi marcada para o dia 12 de julho porque um dos conselheiros pediu um prazo para a análise dos termos.

No dia 09 de julho, os alunos de diversos cursos da UFPel (Medicina Veterinária, Agronomia, Engenharia Agrícola, entre outros) inconformados com o andamento do processo, realizaram um encontro no qual decidiram protestar contra a implantação da turma especial. Após o encontro, os estudantes se manifestaram em frente ao prédio da Reitoria, conseguindo o adiamento da reunião do CONSUN e o compromisso do Reitor em recebê-los na tarde do dia 16 de julho. No dia 11 de julho vários partidos protocolaram na Câmara de Vereadores moção de apoio à UFPel para a criação da turma, no dia 12 o Reitor anunciou uma nova data para a reunião do CONSUN – dia 20 de julho - e no dia 16 ele se encontrou com os alunos no Centro de Integração do Mercosul. Após o encontro, os estudantes se reuniram na sede do Diretório Central de Estudantes (DCE) para decidirem sobre a posição que assumiriam no dia da reunião do CONSUN (SCHNEID, 2007).

Muitos professores também manifestaram revolta contra a possibilidade de aprovação de uma turma especial na UFPel. No dia 19 de julho no Diário Popular foi publicado um artigo assinado por Carlos Tunes, Luiz Carapeto e outros 24 professores da UFPel no qual explicaram as razões pelas quais se opuseram à aprovação dos sucessivos projetos de criação

⁵³ Segundo o Art.16 do Regimento Geral da UFPel, o CONSUN é o órgão supremo da Universidade, com funções normativa, consultiva e deliberativa, composto por: Reitor; Vice-Reitor; Pró-Reitores; Diretores das Unidades Universitárias; dois representantes dos órgãos de Segundo Grau; dois representantes de cada classe da carreira do magistério; dois representantes dos auxiliares de ensino; dois coordenadores do Conselho Coordenador do Ensino da Pesquisa e da Extensão; três representantes designados pelo Conselho Diretor da Fundação; representação discente; e sete representantes dos servidores Técnico-Administrativos.

de uma turma especial de estudantes de veterinária. Argumentaram que foram apresentadas diferentes versões do projeto à universidade, mas nenhuma modificou a causa que levou à rejeição da proposta original – a criação aos moldes do PRONERA. Segundo eles, o projeto feria o princípio da igualdade de acesso à universidade pública e o poder que a sociedade a ela outorgou de “programar, conduzir e avaliar o processo de formação dos cidadãos universitários, respeitando sua individualidade quanto à sua ideologia e religião, de forma que nenhuma delas fosse determinante de sua exclusão ou de sua inclusão” (TUNES et al, 2007, p. 1). Uma experiência do PRONERA seria para eles uma ação antidemocrática, porque restringiria o ingresso a uma fatia da população e tiraria das mãos da universidade o controle das atividades didático-pedagógicas. Estas seriam exercidas pelo MST e o PRONERA ao invés da universidade.

Em outro artigo do Diário Popular, Costa (2008) também afirmou que os cursos do PRONERA são desiguais não apenas porque os candidatos são indicados pelos movimentos sociais mas também pelo calendário escolar diferenciado (metodologia da alternância), pelos alojamentos especiais concedidos aos alunos, a ajuda de custo mensal de R\$300,00 a cada estudante, e a formação de militantes políticos do MST que considera uma lavagem cerebral para que se constituam em massa de manobra.

A reunião do dia 20 de julho foi emblemática pelo empenho do Reitor⁵⁴ em convencer os integrantes da reunião para que aprovassem a implantação da turma na universidade e pelos protestos de estudantes e da comunidade no lado de fora do prédio. De acordo com uma notícia veiculada no Portal Vermelho no dia 22 de Julho de 2007⁵⁵, enquanto os conselheiros discutiam com o Reitor no auditório, acontecia na rua um forte confronto. De um lado, os representantes de assentados e pequenos agricultores, INCRA, vereadores e sindicalistas gritavam a favor do acesso dos assentados à universidade; de outro, estudantes e professores condenavam o que consideravam privilégios a serem concedidos aos assentados.

⁵⁴ O ex-Reitor Cesar Borges passou por alguns processos judiciais referentes a sua administração. Em 2005 e 2006 ele teria utilizado publicações e anúncios em jornais de circulação local e estadual com recursos públicos da UFPel para a promoção pessoal. Entre 2005 e 2007 ele teria desviado mais de R\$100 mil dos cofres públicos para pagamentos de despesas pessoais. Em 2007 ele foi denunciado por contratar serviço de hemodiálise de um funcionário da universidade sem processo de licitação e condenado a pena de detenção de quatro anos e seis meses em regime semi-aberto, à perda do cargo público e ao pagamento de uma multa de R\$34.562,80 para a União (COSTA, 2013).

⁵⁵ <http://www.vermelho.org.br/rio+20/noticia/20581-113>

A turma foi criada a partir de uma ação do reitor, e a forma de ele trabalhar era como ela dava um jeito de fazer, um processo de convencimento das pessoas que precisava aprovar. Aquele momento [da decisão sobre a implementação do curso] foi de disputa forte na rua, de pessoas gritando nas ruas a favor ou contra, no dia da reunião do conselho universitário [dia 20 de julho], de um combate mais explícito das pessoas que estavam envolvidas com o processo de alguma forma. Inclusive dos que não são da universidade, são das estruturas de poder do município, da região, com cavalgada, foi bem teatral a coisa. Então o projeto foi aprovado por alguns que tinham a compreensão do processo e por alguns que foram cooptados pelo reitor. Mas enfim, a base da reitoria e de alguns outros que são membros do conselho e a parte mais conservadora que não conseguiu ser convencida pelo reitor foi contra (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP).

Em setembro de 2007 foi celebrado o convênio entre a UFPel, a Fundação Simón Bolívar (FSB) e o INCRA, para dar continuidade ao processo de implantação da TEMV. A FSB é uma das três fundações de direito privado⁵⁶, sem fins lucrativos, criadas para dar apoio a projetos de pesquisa, ensino, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, de interesse da UFPel.

Na implementação dos cursos do PRONERA, o INCRA tem o papel de fiscalizar os convênios e passar o recurso. Segundo a técnica em educação do campo responsável pelo PRONERA no RS,

Nós aqui do PRONERA fiscalizamos o andamento dos cursos, a boa e regular aplicação dos recursos, as condições em que os alunos estão, se a carga horária está de acordo com o programada, o previsto na LDB, se a pedagogia da alternância está sendo aplicada de forma correta. Nós fiscalizamos aqui no RS. Existe uma coordenação nacional do PRONERA que fica em Brasília, e lá eles tem um papel diferente, eles fazem um estudo maior, um levantamento maior de dados, principalmente pra mudar algumas questões voltadas ao manual do PRONERA, valor aluno/ano, metas, estudo dos novos cursos, receber esses cursos, que são aprovados numa chamada pública. Eles concorrem com outros cursos e a coordenação fica encarregada de analisar se esses cursos estão de acordo com o que é necessário pra implementar o projeto (TÉCNICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INCRA).

Em dezembro de 2007 foi realizado o processo seletivo da ITEMV após cada candidato comprovar junto ao INCRA que era assentado ou filho de assentados, beneficiário da Reforma Agrária. Os educandos entrevistados relataram que ficaram sabendo dos cursos por meio das reuniões do MST.

⁵⁶ As outras duas fundações são: Fundação Delfim Mendes Silveira (FDMS) e Fundação de Apoio Universitário (FAU).

Fiquei sabendo do curso pelas instancias do movimento, das reuniões, esse curso há tempo foi sendo debatido e discutido, nas reuniões, nos encontros estaduais que eu participei. É um curso, sonho antigo da organização que vem sendo trabalhado. Eu fiz a inscrição em 2007, fizemos o processo de seleção, ficamos aguardando (SEGUNDO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV)

Uma funcionária da Pró-Reitoria de Graduação relatou que o planejamento, divulgação e execução do Processo Seletivo foram realizados pelo Centro de Gerenciamento de Informações e Concursos (CGIC) da UFPel. Segundo ela,

Quem organizou a seleção dos alunos primeiramente foi o INCRA. Eles tiveram que levar os documentos comprovando que eram realmente sem-terra. Feito isso, eles podiam se candidatar às vagas que nós estávamos oferecendo. Eles tiveram que passar por um longo processo de seleção. Primeiro, o CGIC elaborou as provas do vestibular, que foi específico pra eles. Tinha uma prova de Português, Redação e Matemática. Os primeiros 90 colocados foram classificados para a próxima etapa da seleção, que daí eles tiveram que passar por um período intensivo de aulas e provas pra aprovação dos 60 melhores (CHEFE DO NÚCLEO DE MATRÍCULAS E CADASTROS DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO)

A segunda etapa da seleção foi composta por 18 dias de estudos, com 120 horas de aulas e provas de conhecimentos relativos às disciplinas de ciências (matemática, física, química e biologia); história da agricultura (origens e evolução da agricultura: dos princípios à contemporaneidade); princípios e fundamentos da agroecologia. Essa etapa foi difícil para os trabalhadores do campo, porque exigiu a saída da vida normal, do dia-a-dia e muitas horas diárias de estudo em um ambiente novo – o da universidade.

Frequentar um modelo de formação que é intenso, tendo inclusive que recuperar a ciência básica que a educação do campo é deficiente na sua maioria é um processo complicado. Houve casos de pessoas que não se adaptaram a essa rotina intensa de estudos nessa segunda parte de seleção, que teve uma prova de cada módulo, 18 dias de vida intensa se preparando pra fazer provas, rotina de estudos, tarefas, sobrevivência, etc. (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP)

A criação do curso não foi tensa apenas para as pessoas que disputaram as vagas para a ITEMV. Um professor comentou num dos vídeos produzidos pela turma que esta

foi uma turma de muita expectativa dentro da UFPel, de muita expectativa e de alguma espera, de alguma até ansiosa sobre o que tudo isso poderia significar para a universidade e para as questões sociais. Ao contrário do que a constituição exige, ela não é feita pro povo, é feita só pra alguns. E aí daqueles que tentem quebrar isso

(DEPOIMENTO DE PROFESSOR I EXTRAÍDO DO SEGUNDO VÍDEO PRODUZIDO PELA ITEMV).

Em fevereiro de 2008, o Ministério Público Federal de Pelotas abriu uma ação civil pública contra a continuidade da TEMV sob o argumento que o curso feria o princípio de igualdade previsto na Constituição. Então o curso foi suspenso logo após o final do processo seletivo. No vídeo produzido pela ITEMV, um dos educandos relatou esse momento.

E depois veio a notícia que tinha aberto um impedimento na justiça né, no primeiro momento foi um desanimo né, uma tristeza, porque nós tínhamos saído de um processo intensivo, todo mundo preparado para o início das aulas, já tínhamos encaminhado os materiais para fazer a matrícula porque a conversa que se tinha é que o curso ia sair, só tinha que esperar o processo ter o fim, né (EDUCANDO DA ITEMV NO VÍDEO PRODUZIDO PELA TURMA)

Foi decidido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região que o ingresso exclusivo dos assentados à universidade quebraria o princípio do mérito, não devendo a universidade pública privilegiar certas camadas da sociedade. A UFPel e o INCRA recorreram da decisão. Foi provado que a UFPel já possuía acesso diferenciado por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)⁵⁷ e do Programa de Avaliação da Vida Escolar (PAVE)⁵⁸, que possibilitariam o ingresso diferenciado inclusive de egressos de escolas privadas da cidade (MACHADO, 2013).

No decorrer do processo de aprovação da ITEMV o MST se envolveu com discussões e pressões a favor da turma e do PRONERA. Um trecho do primeiro vídeo produzido pela turma mostrou um discurso sobre a Jornada Nacional de Lutas em Brasília em 2009, ressaltando que as lutas do Movimento pela garantia do direito à educação superior nunca cessaram.

A grande preocupação que nós tinha, que a direita, que os latifundiário querem acabar com o programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, o PRONERA, e a nossa jornada conquistou que o ano que vem os recursos do PRONERA serão garantidos e aumentados e os nossos filhos podem ir pra universidade (MILITANTE DO MST NO PRIMEIRO VÍDEO PRODUZIDO PELA ITEMV)

⁵⁷ A UFPel foi a primeira universidade do RS a aceitar a proposta do MEC de substituir o vestibular pelo ENEM, valendo para o ingresso em 2010 (BERTINETTI, 2009).

⁵⁸ O PAVE foi lançado em 2004 como alternativa de seleção para os cursos de graduação da UFPel, constituindo-se em um processo gradual e sistemático que acontece ao longo do Ensino Médio. O objetivo seria a integração entre a educação básica e a superior.

Por fim, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu manter curso. O relator do processo, ministro Herman Benjamin, ressaltou que a autonomia universitária para firmar convênios devia ser mantida e que o judiciário não deveria se intrometer no desenvolvimento de programas sociais⁵⁹.

Em 2010 foi autorizada a experiência na UFPel, mas naquela ocasião alguns alunos aprovados no processo seletivo em 2007 desistiram do curso. Então, foi necessário realizar um novo processo seletivo. Um dos entrevistados relatou sua experiência.

O processo seletivo pra mim foi novidade, que foi a primeira vez que faço vestibular, algo de nível de disputa entre companheiros para vagas de estudo, ou pra trabalho, nunca tinha feito esse tipo de coisa, então acabei fazendo. Foi novo né, uma experiência nova. Então como eu tava oito anos afastado do estudo, então essa coisa de linguagem, matemática, essas coisas eu tava ficando muito na pratica. Tive que recuperar isso pra fazer a prova. Então a prova foi uma surpresa, porque até então tinha outros que tinham saído há pouco de cursos nível de segundo grau então estariam bem mais frescos questão de conteúdo das avaliações de vestibular. Então eu acabei fazendo e entrei na segunda etapa do curso pela desistência de alguns. Pelas questões judiciais, fizeram duas vezes o vestibular, em 2007 e depois de novo (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV)

O início das aulas da ITEMV na UFPel foi em fevereiro de 2011. O curso é composto por 10 etapas de Tempo Escola, com previsão de formatura para o dia 18 de dezembro de 2015.

Em resumo, o processo para a criação das TEMV foi marcado por conflitos. O MST identificou a necessidade de Médicos Veterinários para atuarem nas áreas da Reforma Agraria, elaborou o projeto do curso e iniciou as negociações com o INCRA e com a UFPel. O MST contou com o apoio do público externo à UfPel para a criação da ITEMV, como o de um médico veterinário, do INCRA, e de vereadores. Não houve a adesão do público interno da UFPel, a não ser a do Reitor que viu na implementação da TEMV a oportunidade de usar o dinheiro que o INCRA destinaria ao curso para melhorias na universidade. Mesmo sem o apoio da maioria dos membros do CONSUN e com as manifestações de estudantes e professores contra a implantação do projeto do curso na UFPel, o Reitor assinou o convênio com o INCRA e determinou que o processo seletivo fosse realizado. Contudo, os conflitos

⁵⁹ Encontrado em: <http://direito-publico.jusbrasil.com.br/noticias/2207638/stj-mantem-turma-especial-de-medicina-veterinaria-criada-para-filhos-de-assentados>

não cessaram após o convênio ter sido firmado. A ITEMV enfrentou quatro anos de disputa na justiça para poder iniciar suas atividades na UFPel.

4.2 O DESENVOLVIMENTO DO CURSO

O processo para a organização do curso também foi marcado por disputas e contradições. Mesmo após o convênio ter sido firmado, o colegiado da Faculdade de Medicina Veterinária não aceitou que a ITEMV fosse vinculada à Faculdade de Veterinária. Então a turma inicialmente ficou ligada diretamente à Pró-Reitoria de Graduação, sem nenhum instituto ou faculdade responsável. Segundo a coordenadora de registros acadêmicos,

Quando o curso começou, os coordenadores (CAPP) eram responsáveis pelos alunos, cuidavam de todos os problemas que apareciam e traziam pra mim aqui. Os problemas no espaço de convivência deles, eles resolviam lá mesmo, internamente. Qualquer problema referente a atraso dos recursos e licitações eles tratavam diretamente com o INCRA e com a fundação (FSB). Pra mim eles traziam as questões mais administrativas mesmo, sobre a vida acadêmica dos alunos na universidade. Eles traziam problemas com as disciplinas, com a falta de professores, pediam documentos pras disciplinas, históricos, atestados, tudo pra que o curso pudesse acontecer aqui (na UFPel). (COORDENADORA DE REGISTROS ACADÊMICOS DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO).

A chefe do Núcleo de Matrículas e Cadastros trabalhava junto com a Coordenadora de registros acadêmicos e era responsável pelos atendimentos gerais aos alunos e ao CAPP. Ela contou que no início tinha um contato bem próximo com as TEMV, porque

como foi o primeiro curso, nós não sabíamos direito o que fazer e como fazer, então fazíamos algumas reuniões, mas eu conversava muito com o pessoal da coordenação (CAPP), principalmente por telefone pra encontrar soluções pros problemas que apareciam. Foi bem difícil porque nós aqui tínhamos outras tarefas pra fazer, todas as turmas regulares, os novos alunos que ingressavam a cada semestre, era uma loucura. Não dava pra se dedicar a uma turma só (CHEFE DO NÚCLEO DE MATRÍCULAS E CADASTROS DA PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO).

Um dos professores que compõe o CAPP afirmou que iniciar o curso desvinculado da faculdade de Medicina Veterinária levou a TEMV a um isolamento. Segundo ele,

Nós éramos um curso de veterinária que não se referia ao diretor nem ao colegiado de veterinária, mas precisávamos dos professores de veterinária pra dar aula, o primeiro ano foi tateando no escuro e fazendo o que podia ser feito (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP)

Um problema enfrentado pela ITEMV no início foi que “não tinha uma coordenação única e sempre ficava em dúvida sobre quem respondia pela parte administrativa quando um aluno precisava de um atestado de matrícula, ou a parte dos auxílios” (COORDENADORA DO COLEGIADO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPEL). Outro problema enfrentado foi que a maioria dos professores do curso de Medicina Veterinária não queria trabalhar com a TEMV. Então, o Reitor convidou alguns professores que não tinham uma forte posição contrária ao desenvolvimento da turma para darem as aulas no primeiro semestre.

Após encontrar professores dispostos a trabalhar com a turma e a solução provisória de liga-la à Pró-Reitoria de Graduação, começou a se pensar onde seriam desenvolvidas as aulas e onde os educandos ficariam alojados. Os educandos eram oriundos de diversas partes do país e não tinham condições financeiras para alugar espaços para moradia durante o Tempo Escola. Além disso, a separação da turma impossibilitaria o desenvolvimento do projeto de Educação do Campo, que tem como pilares a vida e o trabalho coletivos.

Após reunião entre a Pró-Reitoria de Graduação, o INCRA e o MST, foi assumido o compromisso com a construção imediata do prédio do CDRS no Campus Capão do Leão. Enquanto esse prédio que abrigaria os alojamentos, os laboratórios e as salas de aula não ficasse pronto, os estudantes da TEMV teriam aulas no prédio da Faculdade de Veterinária e ficariam alojados na antiga Associação Atlética Banco do Brasil (AABB), localizada no centro de Pelotas⁶⁰. O prédio nunca foi iniciado.

O INCRA tinha o termo de colaboração pra executar um prédio de alojamento pra os educandos, por questões burocráticas não foi feito. Eles não estão devidamente alojados. O ideal é que estivessem mais próximos da universidade, isso nos pouparia custos com transporte, facilitaria o aprendizado deles. O projeto inicial era construir o prédio, mas acabou não saindo do papel, não andou. Não está descartado porque existe uma perspectiva de novas turmas (TÉCNICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INCRA)

⁶⁰ Rua Sete de Setembro, 25 - Centro Pelotas, RS.

Até hoje as aulas dos alunos das turmas especiais acontecem no prédio da Faculdade de Veterinária da UFPel, localizado numa área rural, no Campus Capão do Leão. As aulas das turmas especiais e das turmas regulares de Medicina Veterinária acontecem nas mesmas salas, mas nunca as turmas foram misturadas. Contudo, a TEMV já cursou disciplinas com turmas regulares de outros cursos, conforme relatou um dos educandos:

Por nós não poder participar de algumas aulas com as outras turmas, acabamos sendo especiais de fato. Mas já tivemos dois semestres com a turma da zootecnia, e um semestre nós tivemos seis educandos que tiveram uma cadeira junto com a nossa, e foi tranquilo, mas daí não teve muito o que negociar com os professores [sobre mudanças na forma de trabalhar nas aulas e na organização dos educandos] porque envolve outras turmas. Porque os outros não são organizados da mesma forma que a gente aqui (SEGUNDO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV)

Outro educando destacou que alguns professores comparam as turmas regulares e as turmas especiais. Segundo ele,

A gente teve uma experiência interessante, uma cadeira com o pessoal da zootecnia e da agronomia, do ponto de vista foi interessante, tirando uma coisa que ficou chato foi quando os professores começaram a separar, a comparar turma especial e turma regular, não acho isso legal, quem é mais bonito e quem é mais feio. Porque tu não pode comparar uma coisa onde tu tem duas realidades que não vivenciam o dia a dia junto (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV)

Confirmando o comentário feito pelo educando, dois professores fizeram comparações entre as turmas em um dos vídeos produzidos pela ITEMV.

Eu não sei os motivos exatamente que eu percebo com a turma de vocês com as turmas que eu tradicionalmente tenho dado aula. Eu, e é difícil falar isso sem parecer demagogia, mas na verdade não é, e o que a gente vê é que existe um interesse muito grande da parte de vocês. [...] A gente consegue ministrar uma aula, vocês perguntam bastante, e a troca é muito interessante, e principalmente na aula prática é que eu percebi o interesse de vocês, de querer fazer, de querer ver. Eu me sinto bem aqui, eu gosto muito de vir dar aula pra vocês. É muito bom quando tu quer explicar alguma coisa e alguém quer te ouvir (DEPOIMENTO DE PROFESSOR II EXTRAÍDO DO SEGUNDO VÍDEO PRODUZIDO PELA ITEMV)

Diferente das outras turmas que a gente tem, não só da veterinária, é que essa é uma turma bastante participativa. Isso a gente vê durante todas as aulas, o interesse em absorver o máximo não só do conteúdo que tá sendo exposto, mas também ir além desse conteúdo, então sem dúvida é uma turma diferenciada (DEPOIMENTO DE PROFESSORA EXTRAÍDO DO SEGUNDO VÍDEO PRODUZIDO PELA ITEMV)

Alguns professores aceitam dar aulas no espaço dos alojamentos. Puderam, com isso, ver como os alunos agem e vivem. Também os educandos mostraram que existem outras maneiras de organizar os estudos. Cada turma especial elege a cada semestre três representantes para controlar o calendário das provas das disciplinas. Esses representantes verificam as datas das avaliações, conversam com a turma e, se houver proximidade, tentam negociar a troca com os professores. Segundo um dos educandos,

A gente aprendeu muito com os professores que passaram aqui mas eu acho que eles tiveram uma visão, pra quem quis, diferente do que pode ser a educação brasileira no contato com a turma. Alguns professores disseram que tem que se preparar bem com a turma porque somos uma turma diferente, participativa. Claro que tem a divergência sobre o saber popular, acreditando que tem que ser mais científico, tudo que tem valor científico é mais correto, tem professor que pensa que a transformação social e essas coisas são... mas não interfere na disciplina em si (ESTUDANTE I DA TEMV)

Outros professores, entretanto, não queriam dar aulas para as TEMV. Mesmo após o CAPP tentar convencê-los,

teve professor que queria outro que não queria no departamento, teve professor que não quis de jeito nenhum. Teve uma disciplina que não tinha de jeito nenhum, agora finalmente a turma conseguiu fazer a disciplina. A grade curricular é idêntica, mas a questão de conteúdo, alguns professores aceitaram adaptá-lo à realidade dos alunos, outros professores continuam com as mesmas aulas de 20 anos. Alguns admitem vir dar as aulas aqui, outros não (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP)

Mesmo os professores que aceitavam trabalhar com as TEMV, tinham dificuldades em trabalhar com integrantes de movimentos sociais, porque não receberam treinamento para isso. Não entendiam a formação política da turma, o trabalho coletivo e o respeito pela terra e acabavam estimulando os alunos a se estabelecerem

como um indivíduo não mais como um coletivo. É bastante diferente se tu pegar a estrutura que tu tem aqui da dos portões pra fora, te prepara pra um mundo competitivo, onde se usa muito nas aulas, não é matar ou morrer, mas é algo parecido, que parece que não existe possibilidade de construir diferente lá fora, ou tu é bom ou tende a ter dificuldade no processo (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA I TEMV)

Figura 1 - Faculdade de Medicina Veterinária da UFPel.



Ao cursarem disciplinas no prédio da Medicina Veterinária, os alunos das turmas especiais poderiam interagir com os alunos das turmas regulares, compartilhar pontos de vista, conversar sobre realidades distintas e construir novos conhecimentos sobre o curso e sobre os modos vida. Entretanto, existe pouco contato entre as diferentes turmas, ressaltando o caráter especial das turmas formadas por assentados e causando a insatisfação dos estudantes das turmas regulares. As especificidades da TEMV acabam muitas vezes sendo considerados benefícios concedidos pela universidade.

Eu quase nem vejo a turma. Nós fazemos as aulas no mesmo prédio, mas eles estão sempre juntos, vem em um ônibus próprio ou de carro, descem e vão pra sala. Eles são um grupo fechado e depois também vão embora juntos. Então a gente acaba não convivendo, não conversando, no máximo a gente troca uma ideia nos corredores. Na verdade nem sei muita coisa sobre eles, só sei que eles tem algumas vantagens que nós não temos, tem moradia, alimentação e salário ainda (PRIMEIRA EDUCANDA ENTREVISTADA DA TURMA REGULAR DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPEL)

Um dos estudantes da TEMV explicou que apesar da forma como os alunos das turmas regulares olham para as turmas de assentados, a separação é necessária para que eles consigam dar conta da estrutura interna do grupo e organizar os horários para buscar cursos extraclasse direcionados aos interesses do grupo.

Porque por exemplo a gente tá sempre correndo atrás de outros cursos e cadeiras, processo de formação que a faculdade não tem aqui. Por exemplo, tu tem gente de tal semestre fazendo cadeiras de tal semestre, tá matriculado em várias turmas, aí tem que fazer um curso de agroecologia, três ou quatro dias, daí como pegar fulano que tem aula às nove da noite, outro que tem às oito. Pra isso a separação é necessária. Inclusive quando tivemos essas aulas com outras turmas, tivemos dificuldades de manter os horários de acordo (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV)

Um dos entrevistados afirmou que aos poucos as relações entre os alunos das turmas especiais e regulares têm mudado. No início foi um pouco complicado em função de toda a luta para o ingresso dos camponeses na universidade, o embate judicial e toda a movimentação que acarretou na universidade.

A própria inserção dos estudantes na vida comum universitária foi sendo feita mais lentamente. Hoje já é um contato bem próximo, o espaço físico do dia a dia, a gente já tem uma evolução da relação, mas de qualquer maneira o embate se dá, talvez não da forma esperada, mais física, mas o embate interno das pessoas, que tinham uma posição contrária, as opiniões, as falas das pessoas, contrárias, certo que a maioria, foi mudando. Colegas, professores, e outros agentes da vida acadêmica (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP)

Uma relação mais próxima entre os alunos das turmas regulares e os das turmas especiais acontece principalmente nos estágios realizados na universidade. Alguns educandos da ITEMV começaram a realizar estágios a partir do quinto semestre, dividindo com os alunos das turmas regulares as mesmas oportunidades. Os dois educandos entrevistados da turma especial realizaram estágio em Economia Solidária e relataram que tanto os colegas

quanto os professores estiveram abertos à troca de conhecimentos, por isso foi um processo produtivo que gerou aprendizagens para todos os envolvidos. Segundo um dos educandos,

Os contatos que temos é com os professores, com os alunos que estão nos projetos de extensão, projetos de pesquisa. Eu faço estágio no núcleo de economia solidária. No núcleo que eu faço parte é algo que se aproxima muito do que a gente vive no movimento, porque como é economia solidária, todos tem que trabalhar junto pra que todos consigam ganhar e todos se dar bem. Essa relação de trocas de conhecimentos e de relações não se afasta muito da minha realidade (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV)

Em outro momento da entrevista o mesmo educando destacou sua forte integração ao MST e sua crença na coletividade. Ou seja, os membros da TEMV acreditam na união do grupo em prol de uma luta comum. Alguns estudantes já tem consciência que estão unidos por um projeto comum, outros necessitam aprender no processo.

Todos os lugares que tu te inserir tu vai enxergar aquilo que tu acredita e o que tu não acredita, daí cabe a ti aproveitar aquilo em que tu acredita e fazer do espaço um meio pra aproveitar isso. Tem hoje uma linha de pesquisa voltada pra grandes produção, e quem disse que não queremos fazer grande produção nos assentamentos também (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV)

O alojamento dos alunos fica no centro da cidade de Pelotas, perto de lojas e do mercado público. De acordo com a funcionária do INCRA,

É uma contradição o local, parece uma forma de corromper o aluno, porque daí tu mostra tudo facinho da cidade, uma cidade tipo Pelotas, à noite, hoje com shopping e tudo, mas isso não foi intencional. Não podemos esquecer que ele foi o primeiro, então tudo nele teve mais problema mas pra que não tivesse nos outros, mas eles precisavam terminar, precisavam cursar. É ainda toda a tentação do meio que eles estão, uma cidade aristocrática como Pelotas, ta aí a resistência de que eles estavam tirando vagas e tal (TÉCNICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INCRA)

Figura 2 - Parte externa do espaço dos alojamentos das TEMV



Em 2012, o Reitor da UFPel assinou convênio com o INCRA para a segunda turma especial de Medicina Veterinária. Segundo o professor que compõe o CAPP, essa turma foi criada

por um ato administrativo, por uma ação do reitor em final de gestão, não foi democrático do ponto de vista da universidade, se a composição dela não é democrática, a gestão dela nunca será, mas tem suas instancias de decisão, e a segunda turma não passou em nenhuma instância de decisão. Já ficaram com o pé atrás: se na primeira turma nos perguntaram e dissemos não e mesmo assim fizeram, dessa vez nem nos perguntaram (PROFESSOR DA UFPel QUE COMPÕE O CAPP).

O espaço onde os 106 estudantes das duas turmas especiais moram e interagem, embora esteja em constante modificação e melhoria, não foi planejado para a convivência coletiva. Segundo Oliveira, Fagundes e Oliveira (2014, p.3022) as duas turmas apresentam “inserções organizativas distintas, posturas políticas e entendimento do processo aguçado pelo momento histórico que cada turma entrou na universidade, também distintos”. Apesar disso, os estudantes passaram a criar seus próprios métodos para se organizarem internamente, como o estudo individual, o estudo por afinidade e os grupos de monitorias para a superação das dificuldades de aprendizado.

Foi uma experiência nova pro movimento, e temos uma dificuldade inclusive de manter o nosso projeto pedagógico aqui dentro porque as pessoas não sabem lidar com isso. Nós temos dezessete semanas de aula, com exigências do PRONERA. O manual é seguido, mas tem que adaptar à realidade. O curso está ligado à universidade, nós não somos donos do curso, não conseguimos fugir das regras da universidade, então a gente vai moldando os princípios que não podemos perder e às vezes tem que ter algum embate, mas é pontual, ele não se reproduz (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP)

Os educandos das turmas especiais são originários de assentamentos de diferentes estados brasileiros. Mesmo assim, o processo de integração não teve grandes problemas.

Aqui entre nós foi cem por cento tranquilo, aqui tu chegou e o pessoal mesmo que não se conheça, do MST, onde tu se acha tu é conhecido, então esse processo de integração não teve problema interno, de se organizar junto. Aqui a gente se organiza basicamente na estrutura organizativa do MST, núcleo de base, coordenação de núcleo, equipes, questão de ter uma coordenação geral da turma e coordenação político-pedagógica, vai até CNBT, a instância máxima é a assembleia, tanto as informações vão do núcleo de base até a CNBT, sai da CNBT e vai pra base, e é assim que funciona o fluxo de informações. CNBT é uma composição da coordenação do núcleo de base, a gente tira um casal, um menino e uma menina, que vão fazer parte da coordenação do núcleo de base, de oito a dez aluno. Esses dois alunos que compoariam a instancia menor mas que trariam a representatividade dos NBs. Teria a coordenação da equipe da disciplina, da saúde, cultura, etc, e dois coordenadores da turma escolhidos por assembleia, com todos reunidos, tudo interno, mais a coordenação político-pedagógica (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV).

No segundo andar do prédio onde ficam os alojamentos foi montada uma biblioteca que chamaram de Paulo Freire e uma secretaria onde o CAPP se reúne e planeja as atividades da turma. O CAPP é composto por três professores da universidade (dois da faculdade de Medicina Veterinária e um da Faculdade de Educação)⁶¹ e quatro bolsistas contratados pelo INCRA por meio de indicação do MST (dois homens e duas mulheres)⁶². Esses bolsistas não são estudantes da TEMV. Os integrantes do CAPP se reúnem uma vez por semana,

pra discutir desde os pontos mais básicos, o administrativo, a sala de aula em si, das pendengas que se cria, e também e principalmente entender todo o processo e estar interferindo nele, o processo de turma, de coletivo deles aqui e de relação com a universidade. Os resultados dessas reuniões não são levadas à universidade, lidamos com isso aqui (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP)

Enquanto a TEMV estava ligada à Pró-Reitoria de Graduação, a principal função do CAPP era intermediar a relação entre todos os sujeitos envolvidos no projeto. A equipe planejava os semestres; organizava o quadro docente e o contato com os professores; acompanhava o desempenho acadêmico dos educandos e o trabalho dos monitores das turmas; avaliava as etapas do curso; acompanhava os educandos no Tempo Comunidade, cuidava das condições de moradia, alimentação e transporte dos educandos; e incentivava a vivência dos educandos em projetos de pesquisa e extensão. Enfim, qualquer assunto relacionado às TEMV era tratado com o CAPP. Essa situação mudou com a unificação das turmas especiais com as turmas regulares, conforme será descrito adiante.

⁶¹ De acordo com o Manual do PRONERA (BRASIL, 2014), cada universidade proponente seleciona os professores para atuarem na Coordenação das Turmas Especiais segundo seus próprios critérios. No caso da TEMV da UFPel, os professores foram convidados pelo Reitor.

⁶² O setor de educação do MST escolheu alguns militantes experientes na formação política do Movimento e outros menos experientes para aprenderem na prática ao longo do processo. O coordenador que entrevistei, por exemplo, faz parte da Direção Executiva do MST.

Figura 3 - Parte interna do espaço dos alojamentos das TEMV



Figura 4 - Sala de aula no espaço dos alojamentos das TEMV.



Os educandos de cada turma especial (ITEMV e IITEMV) se organizam em coletivos que são reorganizados a cada etapa do curso. Primeiro, são escolhidos, em plenária, um educando e uma educanda para a Coordenação da Turma. Depois, os educandos são organizados em Núcleos de Base (NB). Cada NB escolhe um educando e uma educanda para compor a coordenação e um relator(a). A escolha dos coordenadores é orientada pela ideia de movimento e aprendizado no processo. Por isso, o grupo escolhe um educando com mais experiência e outro com menos experiência para compor a coordenação do núcleo, para que possam dialogar. Também são escolhidos dois educandos (um homem e uma mulher) de cada turma especial para compor a coordenação geral da TEMV. Os coordenadores dos núcleos de base das Turmas, os coordenadores das turmas e o CAPP compõem a Coordenação dos Núcleos de Base das Duas Turmas.

Cada NB escolhe um de seus integrantes para fazer parte das equipes de trabalho. As equipes de trabalho de cada uma das duas turmas especiais de Medicina Veterinária são⁶³: de disciplina, de cultura e comunicação, de memória, de monitoria, de lavanderia e de postos fixos. Cada equipe elege um coordenador para participar da reunião da coordenação dos núcleos de base da turma.

Quadro 1 – Organização das equipes das TEMV

EQUIPES	FUNÇÕES
DISCIPLINA	Zelar pelos combinados coletivos, discutidos e acordados nas turmas e na CNBT; fazer orientação aos NB nos finais de semana referente à abertura e fechamento dos portões e tocar o sinal nos horários coletivos; zelar pelo patrimônio; investigar os fatos de indisciplina e encaminha-los à CNBT.
CULTURA E COMUNICAÇÃO	Animar a coletividade; organizar o espaço e os momentos místicos da turma, trazendo as expressões culturais diversas e a valorização da cultura dos sujeitos envolvidos no processo; realizar um plano da etapa com as atividades culturais; pensar uma Jornada Socialista para a etapa; construir um ciclo de documentários mensal junto com a CAPP.
MEMÓRIA	Registrar os momentos das turmas especiais por meio de vídeos, fotos e textos; organizar e sistematizar o material registrado.
MONITORIA	Olhar para o estudo da turma, atentando para as dificuldades dos educandos; organizar as monitorias coletivas, bem como os grupos para as aulas dos componentes curriculares e a lista com as notas de todos os educandos.
LAVANDERIA	Organizar e lavar a roupa dos integrantes do seu NB, além de organizar e limpar o espaço da lavadeira diariamente, assim como o controle e organização do varal de roupas.

⁶³ As equipes são compostas de acordo com as demandas específicas das turmas. Tanto que, segundo Machado e Melo (2012), nas etapas do Tempo Escola do ano de 2012 as equipes dividiam-se em: disciplina, saúde e educação física, memória, cultura e comunicação, e infraestrutura.

POSTOS FIXOS	Cuidar da saúde e da infraestrutura. Tem um coordenador, que também assume o almoxarifado da comida, separando a comida, organizando os pedidos e quantidades e mantendo o local limpo; dois educandos responsáveis pela saúde; três educandos responsáveis pelo horto; e um educando responsável pela Biblioteca, organizando, limpando e atendendo.
--------------	---

Fonte: elaborado a partir do PROMET (2015) e entrevistas

Cada equipe elege um coordenador para participar das reuniões da Coordenação dos Núcleos de Base da Turma (CNBT). Esta é a instância máxima da organização interna das turmas especiais, da qual participam os coordenadores da turma, os coordenadores dos NB, os coordenadores das equipes e o CAPP. No anexo B apresento um quadro explicativo com cada coletivo, os participantes e suas funções. A assembleia geral é o fórum máximo de decisão, geralmente reunida após uma discussão preliminar das questões nos NBs.

A gente sempre prima por, quando a discussões que precisam de um envolvimento mais de caráter pessoal, a gente acaba algumas coisas aprovando em assembleia. O processo que a gente procura estabelecer é um processo que tem um consenso, não cem por cento, mas onde todos tem o direito de manifestar a sua opinião, outros contrapõem, até que a gente chega a um denominador comum, e acho que é por aqui que a gente deve caminhar. Como qualquer estrutura organizativa às vezes tem dificuldade, as vezes não, as vezes é mais fácil o caminho e todo mundo entende de um jeito, às vezes precisa de elementos mais palpáveis sobre se o caminho é ou não por ali. A gente tenta estabelecer entre a gente algumas orientações né, bom, se for assim vai ser assim, se for assado vai ser daquele jeito, daí vários complementam daí tentam chegar num caminho comum, mas em alguns casos a coisa é mais devagar (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV)

O processo de avaliação de cada um e da coletividade é realizada semanalmente nos NBs e no CNBT. Nas reuniões são discutidas questões sobre o trabalho, o estudo, a convivência e a gestão das turmas especiais. A cada trinta dias a CNBT se reúne para verificar o cumprimento das metas gerais das turmas⁶⁴. Uma vez por etapa todos se reúnem para avaliar o processo no Tempo Escola, os desvios ideológicos e a relação de cada educando na coletividade, e construir o PROMET da próxima etapa.

Segundo Machado e Mello (2012), as propostas de educação do campo são estruturadas em dois documentos básicos: o Projeto do curso (estrutura curricular, conteúdos, disciplinas, tempo de duração de curso, avaliação e certificação) e o Projeto Metodológico

⁶⁴ Na quarta etapa do curso, os educandos da IITEMV elaboraram as seguintes metas: visitar o centro de reprodução de animais marinhos em Rio Grande no Rio Grande do Sul; fazer um curso de zootecnia; realizar uma monitoria do coletivo por componente curricular; garantir a aprovação de todos os educandos na etapa; garantir os momentos de formação político-ideológicas; melhorar a organicidade interna e reforçar as normas e acordos coletivos; garantir o tempo para a realização dos estágios.

(PROMET). Este é construído a cada semestre a partir da vivência dos educandos na coletividade e reflexão sobre as práticas desenvolvidas no Tempo Escola.

O espaço dos alojamentos é o espaço onde as turmas convivem a maior parte do tempo e onde eles podem desenvolver o projeto que constroem. Segundo um dos educandos, “os professores dão as tarefas deles na sala de aula lá (na faculdade) e na sala de aula daqui também, os trabalhos que tem que fazer e a partir daí nós nos organizamos do nosso jeito pra fazer” (SEGUNDO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV).

As pessoas que compõem o CAPP sugeriram que eu lesse o método pedagógico do IEJC porque serve como base para a construção do PROMET. Esse método é uma sistematização do que o MST vem produzindo desde sua fundação e orienta o caminho a ser seguido pelos sujeitos que constroem os projeto de educação do campo. O método não é utilizado como passos a serem seguidos como numa receita, mas como um jeito de colocar em movimento a formação humana desde as condições objetivas encontradas em cada momento, curso, turma ou grupo de educandos, e as definições pedagógicas que estão no projeto (COLETIVO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2003).

O que a gente tem tentado fazer com a nossa dinâmica do método é esse diálogo mais político, mais voltado pras bases camponesas mesmo, mas todo o espaço é um espaço de disputa político-ideológica, e sendo os educandos preparados, moldados, dedicados, com certeza tem sim um processo de tentar cooptá-los, mas se isso acontecer vai ser algumas exceções não pela maioria, porque a gente conhece todos a sua realidade, a sua base organizativa e todos eles tem um compromisso com sua base de origem (MILITANTE DO MST QUE COMPÕE O CAPP).

Cada projeto metodológico é planejado segundo suas especificidades e construído na prática dos educadores e dos educandos envolvidos no processo educativo. Segundo um dos integrantes do CAPP, “em todas as etapas tem processo de avaliação do curso, dos educandos, em todas as etapas, do andamento, eles mesmo fazem esse processo, a gente contribui também mas é parte deles” (MILITANTE DO MST QUE COMPÕE O CAPP).

Ao construírem o PROMET, os educandos planejam a distribuição dos tempos que dedicarão a cada tarefa que realizarão na etapa do Tempo Escola. Na etapa quatro da ITEMV⁶⁵, os alunos decidiram organizar suas atividades em sete tempos educativos.

⁶⁵ Esta etapa refere-se ao período entre 24 de Fevereiro até 06 de Junho de 2015.

O tempo formatura é um tempo do conjunto do curso que tem a formatura como o principal objetivo a ser alcançado. É um tempo diário de no máximo vinte minutos em que todos os alunos da turma se reúnem para dar início às atividades do dia, conferir a presenças por núcleo de base, passar informes gerais e cultivar a mística. O tempo aula é o tempo que os alunos passam na faculdade para o estudo dos componentes curriculares do curso nas aulas, conforme o PPP do curso. O tempo trabalho é destinado à realização das atividades e serviços necessários ao bem-estar da coletividade. O tempo cultura é um tempo quinzenal em que todos os educandos se reúnem para o cultivo e reflexão sobre expressões culturais diversas de acordo com a programação da equipe de cultura. O tempo reflexão escrita é destinado ao registro em um caderno pessoal das reflexões de cada educando sobre suas vivências no curso. Estes cadernos são recolhidos e lidos toda a segunda-feira pelo CAPP. O tempo núcleo de base é destinado para a discussão nos núcleos de base. O tempo estudo é o tempo reservado por todos os educandos para o estudo dos conteúdos para as aulas e para os estudos necessários ao processo formativo. Além desse tempo, cada educando organiza seus horários livres para ler e estudar conforme achar necessário.

Os relatos dos educandos das TEM extraídos do vídeo II produzido pela turma mostram a importância da organização interna do grupo.

Porque assim todos nós nos sentimos responsáveis por todos os trabalhos, e a gente procura sempre fazer o melhor porque a gente sabe que o outro companheiro também estará fazendo o melhor (DEPOIMENTO DE EDUCANDA EXTRAÍDO DO VÍDEO II PRODUZIDO PELA ITEMV).

Faz com que a gente possa compartilhar as atividades. Enquanto um vai fazer o café, o outro tá arrumando a sala, o outro como já está preparando a mística, então pra nós o trabalho coletivo faz a gente dividir o trabalho e que todo mundo trabalha e participa (DEPOIMENTO DE EDUCANDO EXTRAÍDO DO VÍDEO II PRODUZIDO PELA ITEMV).

Além da ação dos sujeitos do campo para a organização interna das turmas especiais, outros sujeitos também contribuem para o desenvolvimento do curso. No convênio firmado, o INCRA é a concedente, que entra com a maior parte do recurso, a UFPel é a interveniente, que entra com os professores, o local e os alojamentos, e a FSB é a conveniente. O INCRA possui dois funcionários que são responsáveis pelos assuntos do PRONERA no Rio Grande do Sul. O técnico financeiro é responsável pela liberação do recurso para alimentação, transporte e outros gastos necessários para a sobrevivência dos educandos no Tempo Escola.

A técnica em educação do campo é responsável por verificar junto aos coordenadores pedagógicos se o projeto do curso está sendo desenvolvido de acordo com as exigências do PRONERA. Uma das dificuldades com a TEMV é que, de acordo com a técnica do PRONERA, os alunos deveriam se dedicar principalmente aos estudos, mas como os educandos não estão alojados adequadamente, eles sabem tudo o que ocorre, as dificuldades de liberação dos recursos, as licitações, e acabam se envolvendo e cobrando diretamente os técnicos nas visitas.

Para a liberação dos recursos, a coordenação das turmas especiais identificam junto aos educandos quais produtos ou serviços que necessitarão para o Tempo Escola. O CAPP prepara os pedidos e os envia à FSB, que é responsável por organizar o processo de licitação para a contratação de uma empresa que os forneça. A Comissão Especial de Licitação da Fundação Simon Bolívar prepara e divulga os editais para a seleção da proposta que melhor atenda ao interesse público, isto é, a mais vantajosa tanto no preço quanto na qualidade do serviço que será prestado.

Quando a questão é estrutural, compra de alimentos e tal, isso vem a nós através da fundação de apoio, porque o nosso contrato é esse. O papel da fundação é bem importante porque dependendo do que eles fazem nós não conseguimos liberar o recurso, não só eles, o nosso trabalho também, e o INCRA não consegue liberar o recurso, daí atrasa recurso, prejudica as turmas, corre o risco de a qualquer momento parar a turma. Já existe toda a questão burocrática de serviço público. Se tu não dá o devido trato, se não foi feita a publicação, se não foi feita a publicidade devida, daí gera problemas (TÉCNICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INCRA)

No dia 11 de janeiro de 2013, César Borges deixou o cargo de Reitor da UFPel. O professor Mauro Augusto Burkert Del Pino foi eleito para assumir o cargo entre os anos de 2013 e 2016. Logo no início de sua gestão, o novo Reitor assumiu o compromisso de resolver os problemas deixados pela gestão anterior e realizar mudanças voltadas para a modernização e crescimento da UFPel. Então, empenhou-se em modernizar os documentos legais da universidade para alinhá-los aos seus propósitos. Apresentou uma Proposta de Estruturas dos Gabinetes do Reitor, Vice-Reitor e Pró-Reitorias da UFPel ao CONSUN, que a aprovou⁶⁶.

Nesse contexto de mudanças na universidade, começou o processo de unificação da administração das turmas especiais e das turmas regulares. Um dos integrantes do CAPP

⁶⁶ Disponível em <http://wp.UFPel.edu.br/scs/files/2010/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CONSUN-042013.pdf>.

acredita que o colegiado das turmas regulares de Medicina Veterinária da UFPel pensaram: “então, não temos mais o que fazer, eles estão aqui, serão nossos alunos e terão aula aqui, então nós queremos saber o que está acontecendo. Se eles estão ocupando os espaços da veterinária então são alunos da veterinária (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP).

A Coordenadora do Colegiado relatou como foi a unificação das turmas.

E ai na coordenação do colegiado mesmo a gente unificou, isso foi feito pelo COCEPE, porque a gente entendeu como colegiado que eles serão formados como médicos veterinários, então eles tem que ser regidos e toda a regulamentação deve ser a mesma das turmas regulares, já que eles frequentam os mesmos lugares, tem contato com as mesmas pessoas (COORDENADORA DO COLEGIADO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPEL)

Após algumas reuniões, o COCEPE aprovou a vinculação das turmas especiais da Pró-Reitoria de Graduação para a Faculdade de Veterinária. Até então, os educandos das TEMV se reportavam à coordenação pedagógica na secretaria do alojamento para resolver qualquer problema referente à vida acadêmica. Os membros da coordenação, por sua vez, conversavam ou se reuniam com os funcionários da Pró-Reitoria para a tomada de decisões sobre essas questões. Isso acontecia desde o processo de matrícula até questões referentes às avaliações, atestados, faltas e reclamações de professores.

A partir do momento em que as turmas especiais passaram a fazer parte da faculdade de Medicina Veterinária, foi reconhecida institucionalmente a existência de ações diferentes das praticadas na universidade e de uma coordenação composta por agentes estranhos à ela.

Eu vejo nisso uma abertura a outras coisas. Então hoje nós somos institucionalizados dentro da hierarquia da universidade, faculdade, colegiado e curso. Nós existimos com uma série de pontos que estão dentro do Projeto Político Pedagógico (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP).

O processo de matrícula, a gestão das turmas, a organização das formaturas, enfim, todos os assuntos relacionados à vida de cada educando na universidade passou a ser de responsabilidade do colegiado.

Existem ainda algumas atribuições da coordenação do alojamento, que tem a ver com o envio de algum documento ou informação aqui pro colegiado. Porque até então era a coordenação pedagógica que tomava conta [da TEMV], e isso gerava uma certa insegurança até mesmo pros professores que trabalhavam com a turma

porque tu nunca sabia a quem se reportar, até porque se surge uma dúvida, o aluno perdeu uma prova, normalmente quando ele entra com atestado e com alguma coisa ele vai pro colegiado do curso. Se era um aluno da turma especial, ele pedia pra coordenação que não tinha ingerência nas coisas diretas da universidade. Então a gente pediu pra centralizar dessa forma e ta sendo feito. Mas tem muito da parte burocrática que ainda tá um pouco misturado, a gente ainda não conseguiu estar totalmente centrado no colegiado. Por eles estarem no mesmo alojamento, acostumados a se reportar nessa coordenação, eles tem dificuldade em pensar na gente como os responsáveis por eles. Mas quem assina os documentos, da parte do colegiado da turma especial sou eu (COORDENADORA DO COLEGIADO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPEL)

Atualmente – 2015 - as turmas especiais funcionam de acordo com a orientação do colegiado, que segue o Projeto Político Pedagógico (PPP) das TEMV. Este é semelhante ao PPP das turmas regulares, pois ambos apresentam as mesmas disciplinas, as mesmas ementas e os mesmos professores. Uma das diferenças é a concentração da carga horária das turmas, pois ao passo que 100% do curso de Medicina Veterinária é desenvolvido na faculdade pelos alunos das turmas regulares, para as turmas especiais o curso é desenvolvido em regime de alternância. No Tempo Escola, que deve corresponder a 70% da carga horária do curso, os alunos das TEMV tem aulas na universidade. No Tempo Comunidade, que deve corresponder a 30% da carga horária do curso, os alunos das TEMV realizam atividades na sua comunidade de origem. Segundo a funcionária do INCRA,

não só os bancos escolares são locais de aprendizagem, por isso é importante a alternância. Isso é um pouco complicado ali na veterinária, mas mesmo assim é feita. Geralmente eles (os alunos) levam alguns projetos pra desenvolver no Tempo Comunidade, algo pra fazer, mas o foco da universidade é o Tempo Escola, o mais importante é eles terem a frequência prevista pela universidade, as notas nesse tempo, sem se importar com o que os alunos vão fazer no Tempo Comunidade (TÉCNICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INCRA)

Um dos estudantes afirmou que não conseguiria frequentar um curso superior sem a alternância. Segundo ele,

Aqui nós temos todas as condições de estudar, nós temos espaço físico, garantia de alimentação, de transporte, enfim, tudo isso através da organização e do nosso planejamento interno. Isso possibilita a gente se preocupar principalmente com os nossos estudos, então, eu mesmo se tivesse conseguido passar num vestibular normal eu não ia conseguir manter a família, nem passar um tempo com ela como eu faço no Tempo Comunidade (SEGUNDO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV).

Contudo, os alunos enfrentaram algumas dificuldades na construção da alternância, porque o curso foi primeira experiência na UFPel e por isso ainda é difícil fazer a conexão entre os conteúdos trabalhados no TE com a vivências no TC. Além disso, o curso de veterinária exige atividades na clínica após o quinto semestre.

Outra diferença entre o PPP das turmas regulares e o PPP das turmas especiais refere-se à reprovação nas disciplinas cursadas. Enquanto os alunos das turmas regulares podem repetir uma disciplina na qual foram reprovados, os alunos das TEMV não podem reprovar em nenhuma disciplina do curso. Contudo, eles tem a possibilidade de realizar uma recuperação no início da etapa seguinte à etapa na qual não atingiram a média na prova final de alguma disciplina. Isso dificulta a alternância porque eles deixam de realizar as atividades no TC, já reduzido, para se dedicarem exclusivamente aos estudos dessa disciplina.

Um dos alunos acredita que

desde que seja melhor organizada, ela (a alternância) é fundamental, quando funciona, porque tu vai ter o contato com a estrutura acadêmica com as pesquisas e vai ter a pratica mostrando o que... tu tá vendo o que tá acontecendo. Pra nível de veterinária tu ainda precisa ter melhor interação entre o que vai fazer na universidade e fora dela. Porque, por exemplo, se eu pego uma estrutura onde eu tenho um trabalho com animais, teoricamente no local eu teria que ter algum vínculo com trabalho com animais desenvolvido na região, e nem sempre tu acaba fazendo isso. Então teria que ser trabalhado melhor entre um contato de professores com quem tá tocando essas atividades nessas regiões, no assentamento mas isso não é um problema da universidade só, é de organização. Falta de conexão com a prática que a gente tem lá. Falta também a pessoa lá também ter um pouco de conhecimento com o que tá acontecendo aqui na universidade, um vínculo com o curso, quando tu vai tá lá no Tempo Comunidade, porque daí acrescentaria, tu viver e se adaptar com a tua realidade. Porque se tu ficar só fechado na universidade tu não vai ter um mundo que não é real com nossa prática de assentamento (PRIMEIRO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV).

Vale ainda destacar que, como é de praxe, ambos os cursos são submetidos à avaliação do MEC. Entre os quesitos de avaliação encontra-se a verificação de correspondência entre o Projeto Político Pedagógico do Curso e as práticas desenvolvidas na universidade. Um dos motivos pelos quais as turmas especiais e regulares ainda não foram completamente unificadas é que possuem PPPs diferentes. Então, se alguma turma não for desenvolvida de acordo com seu PPP, o curso é penalizado.

O rendimento dos alunos dos cursos de graduação em relação aos conteúdos dos cursos em que estão matriculados é realizado pelo Exame Nacional de Desempenho de

Estudantes (ENADE). A Turma Especial de Medicina Veterinária da UFPel alcançou a nota quatro no conceito do curso no ENADE de 2015.

Os alunos das turmas especiais alcançaram nota quatro no Conceito do Curso no ENADE de 2015 e têm conquistado boas notas. Por isso, têm alterado a visão de pessoas que eram contrárias à realização do curso. A comunidade acadêmica e a local, aos poucos, têm percebido que existem outros conhecimentos, modos de pensar, de viver e de agir, enfim, outras realidades além da deles.

Mudou principalmente a visão geral do que são as pessoas, do que é o movimento social, como veem o estudante que não consegue passar no vestibular, porque a gente tem nossas barreiras, de acreditar que quem não passa no vestibular é incapaz de estudar. Daí já começam a perceber que há alguma coisa errada com esse modelo, ao refletir: como é que esses caras conseguem? (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP)

Diferente dos educandos das turmas regulares, os educandos das TEMV não podem ser reprovados em nenhuma disciplina. Eles tinham a possibilidade de realizar apenas um exame, quem não atingisse a média sete, seria desligado do curso. Após pressões da coordenação pedagógica das turmas especiais, a universidade concedeu a possibilidade dos educandos realizarem um segundo exame. Se algum estudante não passa no primeiro exame, quando ele retornar na próxima etapa, ele faz uma recuperação do exame que reprovou. Com essa concessão, aqueles que forem reprovados podem estudar para o novo exame durante o Tempo Comunidade. Deixam, com isso, outras tarefas de lado. Segundo um dos integrantes do CAPP, “se eles não conseguem dar conta da demanda da universidade, daí sim desanda o coletivo, as instancias porque eles sempre tendem a ter o gosto pelas aulas, e daí o que vai apertar mais são as instancias políticas e de formação” (PROFESSOR DA UFPEL QUE COMPÕE O CAPP).

Um educando da ITEMV contou que alguns colegas foram reprovados e, por isso, tiveram que deixar o curso. “O que foi tentado foi eles entrarem nessa segunda turma que tá agora, mas não foi conseguido. Nesse segundo momento, com a segunda turma, nos focamos exclusivamente no estudo pra não reprovar” (SEGUNDO EDUCANDO ENTREVISTADO DA ITEMV).

A formatura da ITEMV está prevista para o dia 18 de dezembro de 2015. Desde o segundo semestre do curso uma equipe de educandos se reúne para planejar a formatura.

Apesar da opção de fazer uma cerimônia de colação de grau mais voltada para o campo no auditório Wilson de Oliveira da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) ou em gabinete, a equipe preferiu o Theatro Guarany, um dos espaços mais requintados da cidade de Pelotas.

Os educandos querem uma cerimônia semelhante às dos cursos regulares. Para isso, discutem todas as questões com o colegiado, que os orienta quanto ao que pode ou não ser feito de acordo com o manual da universidade.

A nossa faculdade ta fazendo 46 anos e nós fazemos desse jeito, eles não precisam fazer, mas se eles querem fazer formatura vai ter que ser do nosso jeito. A gente tá em cima do manual, dentro da formalidade, que a gente não vai abrir mão de seguir (COORDENADORA DO COLEGIADO DE MEDICINA VETERINÁRIA DA UFPPEL)

Para que seja possível pagar a locação do espaço, a filmagem, a decoração e outras despesas da cerimônia, a equipe responsável pela formatura pediu auxílio ao INCRA. Não é uma prática deste órgão auxiliar nas formações do PRONERA, mesmo assim os técnicos do PRONERA estão sem empenhando em alocar recursos para esse fim pelo pioneirismo da turma especial, as dificuldades que enfrentou e toda a história de luta para a realização do curso.

Eles merecem fazer uma formatura com toda a pompa. Nós temos interesse, entendemos a vontade dos alunos de fazer uma formatura glamorosa, linda, mas por trás temos a história dos cursos do PRONERA, que não combina com isso. As místicas, as formas que fazemos são muito bonitas, mas algo totalmente diferente dessa ideia de teatros e tal. Eu acho que tem que ser feito a vontade dos alunos, dentro das limitações que o INCRA tem de ajudar (TÉCNICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INCRA)

No que diz respeito à continuidade do curso, o CAPP começou o processo de discussão sobre a possibilidade de uma terceira turma com o INCRA e com o colegiado de Medicina Veterinária da UFPel. Inclusive no espaço dos alojamentos há um painel com as duas turmas especiais e seus respectivos nomes que foram escolhidos pelos educandos em homenagem a lutadores sociais e um espaço para o preenchimento da IIITEMV.

A funcionária do INCRA acredita que apesar de todas as tensões geradas pelas TEMV, a experiência é importante por

quebrar o preconceito com os povos do campo, não só na universidade mas a comunidade local também, em trazer outro conhecimento, outros costumes. Isso em todas as cidades em que nós temos os cursos do PRONERA. O PRONERA não tira vaga, ele amplia vaga. Estamos aumentando o número de vagas e não tirando vaga de ninguém (DEPOIMENTO DA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO INCRA)

Figura 5 - Painel no espaço dos alojamentos das TEMV.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados encontrados neste trabalho evidenciaram que o MST participou de todos os processos necessários para a construção da experiência de educação do campo investigada. O Movimento agiu desde a elaboração do projeto do curso e continua agindo e se relacionando com o INCRA e com a UFPel para que os estudantes das TEMV consigam concluir o curso e para que uma nova turma seja criada. A relação entre o MST e os técnicos do INCRA e a sustentação no manual de operações do PRONERA tem possibilitado que os educandos não sejam simplesmente incluídos nas estruturas da universidade, mas sejam construtores da experiência. É importante ressaltar que o manual de operações serve como guia mas ao mesmo tempo vai sendo reconstruído de acordo com as experiências de educação do campo no Brasil.

Os educandos também têm participado de todos os processos, não apenas como objetos que estão ali para receber educação. Eles ingressaram na universidade a partir das pressões do MST e do interesse do Reitor da UFPel em utilizar os recursos do INCRA, mas são protagonistas do desenvolvimento do curso, como alunos que refletem, que constroem saberes e que pressionam. Porque a luta pela transformação da educação não pode cessar.

O ingresso dos integrantes dos MSPdoC na UFPel não tirou vagas dos outros candidatos para o curso de Medicina Veterinária, porque foram criadas vagas além das já ofertadas nessa universidade. Além disso, os educandos das TEMV têm mostrado que se eles não frequentavam a universidade não era porque eles não soubessem aproveitar a igualdade de oportunidades de acesso ao vestibular, isto é, que não se esforçassem o suficiente. A ausência desses sujeitos dos bancos universitários esconde as relações desiguais do capitalismo, a dominação e a opressão que não permite que as classes populares ingressem num modelo de universidade que historicamente tem se destinado à formação da elite brasileira.

Os educandos das TEMV mostraram que são capazes de cursar um curso tradicional numa universidade pública e de tirar boas notas nas disciplinas, conseguindo acompanhar o curso que será concluído em dezembro de 2015. Também conquistaram nota quatro no conceito de curso do ENADE, um conceito mais alto que o conquistado pelos educandos das

turmas regulares de Medicina Veterinária da UFPel (nota três) (BRASIL, 2015). A forma de ingresso diferenciada não é um privilégio, mas um direito dos povos do campo serem tratados de acordo com suas especificidades.

A experiência também mostrou que tem sido um espaço-tempo de aprendizagem em vez de mera reprodução da pedagogia da universidade que abarca o curso. Isso é evidenciado com a construção a cada etapa do PROMET, voltado para o desenvolvimento da consciência organizativa dos sujeitos que dele participam para sua formação política e técnica. As aprendizagens geradas questionam as estruturas elitizantes e a educação praticada nessa universidade e plantam a semente para futuras experiências. Segundo Gadotti (1995, p.77).

Se amanhã uma educação transformadora for possível é apenas porque, hoje, no interior de uma educação conservadora, os elementos de uma nova educação, de uma outra educação, libertadora, formam-se dentro dessa educação. Essa mudança de espaço dominado para um espaço dominante não se fará nem espontaneamente, nem de um momento para outro; por isso é necessária uma verdadeira pedagogia do conflito que evidencie as contradições em vez de camuflá-las, com paciência revolucionária, consciente do que historicamente é possível fazer.

Um dos impasses encontrados no desenvolvimento das TEMV é a resistência de alguns professores em trabalhar com alunos que integram os MSPdoC. Enquanto alguns professores se posicionam contra as TEMV, outros ainda mantêm as mesmas aulas que dão há anos, não fazendo conexão com a realidade dos trabalhadores do campo. Talvez porque esses professores não tenham recebido nenhum treinamento para trabalharem com as turmas especiais. Conhecem pouco os movimentos, sua formação política, as lutas que travaram na história e seu vínculo com o trabalho na terra ou não sabem como trabalhar com turmas tão diferentes das regulares.

Outro impasse encontrado no desenvolvimento das TEMV é a realização da metodologia da alternância conforme o Movimento da Educação do Campo propõe. A educação do campo envolve métodos, tempos e espaços que se relacionam com a cultura historicamente construída dos povos do campo. Por isso, pode ocorrer tanto nas instituições de ensino quanto fora delas. Como foi apresentado neste trabalho, o conhecimento trabalhado nas aulas no Tempo Escola não está articulado com a realidade dos trabalhadores do campo e com as atividades desenvolvidas pelos educandos no Tempo Comunidade, dificultando a alternância. Além disso, o Tempo Comunidade da ITEMV está reduzido desde o quinto

semestre em função dos trabalhos na clínica veterinária. No pouco tempo que os educandos retornam para os assentamentos de origem, muitos deles passam a maior parte desse tempo estudando para as provas de recuperação das disciplinas nas quais não atingiram a média. Isto é, os educandos dedicam-se quase que integralmente aos estudos dos conteúdos do Tempo Escola.

Ainda que com dificuldades, a alternância têm sido praticada pelas TEMV. É de grande importância porque permite que trabalhadores do campo de assentamentos de diversos lugares do Brasil possam estudar numa universidade pública e interagir, sem perder o vínculo com suas comunidades de origem e com seu trabalho nos assentamentos.

A experiência das TEMV evidenciou a importância do PRONERA para a escolarização dos integrantes dos MSPdoC. As experiências do PRONERA colocam em movimento e em relação integrantes de diferentes organizações – MST, INCRA e universidade - que atuam no processo de criação e no desenvolvimento dos cursos. Além de contribuírem para a expansão da discussão sobre a educação dos trabalhadores do campo, que por muito tempo restringiu-se ao MST, essas experiências servem como uma espécie de laboratório no qual o Movimento da Educação do Campo testa o que projeta.

O Movimento busca a ampliação do acesso à educação em todos os níveis de ensino aos povos do campo, com o lema: educação, direito nosso, dever do Estado! Denunciam a educação reprodutora da opressão e da desigualdade no Brasil e anunciam outra capaz de construir um conhecimento novo, crítico, libertador. O Movimento avança nas reflexões sobre uma Educação do Campo na medida que os seus integrantes apresentam as experiências das quais participam nos eventos que organizam em diferentes meses do ano em várias regiões do Brasil.

Como desafio, o Movimento precisa ampliar cada vez mais a participação de sujeitos do governo e das universidades públicas e privadas para divulgar as experiências de Educação do Campo e refletir sobre as possibilidades de elevar a escolarização dos povos do campo. Também precisa buscar novos convênios com as universidades públicas brasileiras no âmbito do PRONERA e lutar pela criação de novas políticas públicas que beneficiem os trabalhadores do campo.

Por fim, neste trabalho me propus a construir uma narrativa sobre a experiência das Turmas Especiais de Medicina Veterinária na UFPel. Ao coletar informações sobre as TEMV

e organizar o material coletado, pude aprofundar meu entendimento sobre as principais tensões geradas pela criação do curso. Também observei como o curso é desenvolvido e pude refletir sobre alguns impasses presentes na relação entre o Movimento da Educação do Campo e a universidade pública. Ao narrar a experiência das TEMV, apresentei ao leitor detalhes sobre as turmas, os personagens que geraram os conflitos e como agiram no processo de criação e no desenvolvimento do curso.

Acredito que com este trabalho eu tenha contribuído para a reflexão sobre os Estudos Organizacionais como uma área que estuda temas que vão além da empresa. Porque em vez de contribuir para a organização das empresas voltadas para o mercado, ao narrar uma experiência comprometida com a luta do Movimento da Educação do Campo, pude contribuir para a divulgação e a reflexão sobre os movimentos sociais. Além disso, o trabalho pode estimular outros estudos sobre experiências de movimentos sociais no âmbito dos Estudos Organizacionais.

Uma das limitações do trabalho foi a pouca vivência que tive com os educandos das TEMV. Como eles moram em diferentes estados do Brasil e estudam em regime de alternância, só consegui observá-los e entrevista-los no Tempo Escola, tempo no qual eles tem aulas e se dedicam muito aos estudos. Os educandos também precisam cumprir com suas atividades diárias nos alojamentos e com as reuniões agendadas. Observações no Tempo Comunidade e entrevistas com os trabalhadores do campo que interagem com os educandos nos assentamentos teriam sido interessantes para a pesquisa.

Outra limitação do trabalho diz respeito à minha inexperiência como estudioso e como militante de movimentos sociais. A pesquisa de campo foi um momento em que eu explorei uma realidade complexa que eu desconhecia. Por isso, vi a necessidade de aprofundar na descrição para o entendimento da experiência. Os educandos que conheci têm modos de agir, de se relacionar, de viver que vão além da teoria, seja pela riqueza de detalhes ou por serem sujeitos de sua própria história, de lutarem, de sonharem e de transformarem realidades.

Contudo, a ausência de referencial teórico também é uma limitação do trabalho. Após descrever a experiência e adquirir conhecimento sobre os seus detalhes, eu tive mais clareza sobre as questões que ainda não foram investigadas e pude refletir sobre como investiga-las. Senti falta da teoria e vontade de fundamentar o trabalho com conceitos-chave de uma teoria para uma análise intensiva e crítica da experiência das TEMV.

A experiência pesquisada é pioneira e, por isso, apresenta algumas especificidades em relação a outros cursos superiores do PRONERA. Então, pesquisas com outros cursos no Rio Grande do Sul e em outros estados brasileiros fornecerá evidências novas sobre a Educação do Campo e permitirá verificar se as dificuldades encontradas nas TEMV estão sendo refletidas e superadas. Também será interessante investigar a atuação dos egressos das turmas especiais de ensino superior. Eles seguem os estudos de pós-graduação? Eles retornam para seus assentamentos de origem? Atuam no campo? Para que e para quem atuam? Quais são os impactos da Educação do Campo nos assentamentos brasileiros, sua interação com aqueles que permaneceram no campo e seus saberes? Estas são algumas questões que podem dar início a pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA. **Relatório Final**. Brasília: Universidade de Brasília, maio de 1997.

ARROYO, Miguel. Pedagogia do Oprimido. In. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p.553-560

BERTINETTI, Giacomo. **UFPel é a primeira a aderir ao Enem no RS**. CLICRBS. Porto Alegre, abril de 2009. Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/vestibular/19,0,2479498,UFPel-e-a-primeira-a-aderir-ao-Enem-no-RS.html> Acesso em: 03 jun de 2015.

BRASIL. Acórdão nº 2.653/2008, de 22 de agosto de 2008. **Tribunal de Contas da União**: Ata n.29 de 20/08/2008. Brasília, 2008. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br>>. Acesso em: 01 ago. 2014.

_____. Acórdão nº 3269/2010, de 30 de junho de 2010. **Tribunal de Contas da União**: Ata n.22. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. Constituição (2009). Lei nº 11947, de 16 de janeiro de 2009. **Dispõe Sobre o Atendimento da Alimentação Escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola Aos Alunos da Educação Básica; Altera As Leis nos 10.880, de 9 de Junho de 2004, 11.273, de 6 de Fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de Julho de 2007; Revoga Dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de Agosto de 2001, e A Lei no 8.913, de 12 de Julho de 1994; e Dá Outras Providências**. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro 2000. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências**. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3338.htm Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. Decreto nº 4.723, de 6 de junho de 2003. **Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4723.htm#art6 Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. INEP. Pesquisa Nacional sobre Educação na Reforma Agrária (PNERA). Brasília: INCRA-INEP, 2005.

_____. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. **Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nos 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.** Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm Acesso em: 20 abril 2015.

_____. MARISE NOGUEIRA RAMOS. (Org.). **Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo.** Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004. 48 p.

_____. MEC/SECAD. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas.** Caderno n. 2. Brasília: SECAD/MEC, 2007

_____. Medida Provisória nº1911-12, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1999. **Altera dispositivos da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.** Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1911-12.htm Acesso em: 03 jun 2015.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. MEC. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma política nacional de educação do campo: caderno de subsídios. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/imprensa/Miolo_Seminario_Ed_Campo.pdf>. Acesso em. 25 abril 2014.

_____. INCRA. Manual de Operações do PRONERA. Ed. rev. E atual. Brasília: MDA-Incra, 2004. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 03 jul. 2014.

_____. INCRA. Manual de Operações do PRONERA. Ed. rev. E atual. Brasília: MDA-Incra, 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

_____. INCRA. Manual de Operações do PRONERA. Ed. rev. E atual. Brasília: MDA-Incra, 2014. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 07 ago. 2014.

_____. Parecer CNE/CEB nº 1, de 1 de fevereiro de 2006. **Dias Letivos Para A Aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação Por Alt.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

_____. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 16 DE SETEMBRO DE 1986. **Dispõe sobre o mínimo de frequência obrigatória nos cursos superiores.** Brasília, 1986.

_____. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Institui Diretrizes Operacionais Para A Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 03 ago. 2014.

BRITO, Rosa Maria Jesus. **Formação Superior de Educadores do Campo: análise das propostas pedagógicas dos cursos do PRONERA da UFPB.** 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

CALDART, Roseli. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: Questões para Reflexão.** Brasília:MDA/MEC, 2010. p. 103-126.

_____. Sobre Educação do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Por uma educação do campo.** Brasília: Incra; Mda, 2008. p. 67-86.

_____. Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salette et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas.** Brasília: Coleção Por Uma Educação do Campo, 2002. p. 18-25.

COLETIVO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Método Pedagógico do Instituto de Educação Josué de Castro.** ITERRA, Veranópolis, 2003.

COMERFORD, J; ALMEIDA, L; PALMEIRA, M. O Mundo da Participação e os Movimentos Rurais: entre Mobilizações, espaços de interlocução e gabinetes. In. LOPES, José et al. **Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação: burocracias, confrontos, apendizados inesperados.** Rio de Janeiro: CBAE, 2014. p.67-88

CONFERENCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 1., 1998, Luzitânia. **Por uma Educação Básica do Campo: Texto Base.** Brasília: Cnbb, Mst, Unicef, Unesco, Unb, 1998. 45 p.

CONFERENCIA NACIONAL POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO, 2., 2004, Luzitânia. **Declaração final.** Brasília: Cnbb, Mst, Unicef, Unesco, Unb, 2004. 6 p.

COSTA, Fernanda. **Ex-reitor da UfPel é condenado por crime contra a administração pública.** CLICRBS. Porto Alegre, jul 2013. Disponível em:

<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/07/ex-reitor-da-ufpel-e-condenado-por-crime-contra-a-administracao-publica-4189936.html> Acesso em: 23 maio de 2015.

COSTA, Marta. **Sobre as universidades para o MST**. Diário Popular. Pelotas, ago. 2008. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/09_08_08/artigo.html Acesso em: 27 maio de 2015.

CUNHA, R. C. **A pesquisa narrativa: uma estratégia investigativa sobre o ser professor**. In: 5º Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, 2009, Teresina. 5º Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI. Teresina: Edufpi, 2009, v. 1. Disponível em: http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2009/GT.2/35_Renata%20Cristina%20da%20Cunha.pdf Acesso em: 27 set. 2015.

CUNHA, M. I. da. **Conta-me agora! As narrativas como alternativas pedagógicas na pesquisa e no ensino**. Rev. Fac. Educ., São Paulo, v. 23, n. 1-2, jan. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-. Acesso em: 30 set. 2015.

CZARNIAWSKA, Barbara. **Narratives in Social Science Research**. London: SAGE Publications,

FERNANDES, B. M. **Diretrizes de uma Caminhada**. In CALDART, R.S.; **Por Uma Educação do Campo**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

FERNANDES, Florestan. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FLYVBJERG, Bent. Case study. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Research: Fourth Edition**. London: Sage, 2005. p. 301-317.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 1995.

GOHN, Maria da Glória; ZANCANELLA, Yolanda. Relação entre universidade e movimentos sociais como princípio da construção crítica da educação do. **Olhar de Professor**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p.57-70, 2012.

GUBA, Egon. G.; LYNHAM, Susan A.; LINCOLN, Yvonna S. **Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences, revisited**. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (Eds.) **The Sage Handbook of Qualitative Research: Fourth Edition**. London: Sage, 2005. p. 97-128.

HACKBART, Rolf. Apresentação. In: SANTOS, C. A. (Org.). **Campo - Políticas Públicas – Educação**, v. 7, Brasília, INCRA; MDA, 2008 - (Coleção Por uma Educação Básica do Campo).

INCRA. **Pesquisados da Unesp apresentam resultados da II Pnera**. Brasília: MDA, 2014. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pesquisadores-da-unesp-apresentam-resultados-da-ii-pnera> Acesso em: 05 jun 2015.

LERRER, Debora. Preparar gente: a educação superior dentro do MST. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p.451-484, 2012.

LIMA, Mayrá. Pronera: os desafios e avanços para a educação do campo. **Jornal Sem Terra**, 23 dez. 2010. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 10 nov. 2014.

MACHADO, Valdirene. **Construção da coletividade no processo educativo: Turma Especial de Medicina Veterinária PRONERA/UFPEL**. 2013. 121f. Dissertação (Mestrado) – curso de Educação, Universidade Federal de Pelotas, RS, 2013.

MACHADO, V. S.; MELLO, D.F.M. Turma Especial de Medicina Veterinária/UFPEL: uma experiência educativa em andamento.. In: I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012, Pelotas. Anais do I Seminário Internacional e I Fórum de Educação do Campo da Região Sul do RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, 2012. v. 1.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação Superior e Movimentos Sociais: sentido histórico e questões atuais. In: NOVAES, Henrique; RODRIGUES, Fabiana; BATISTA, Eraldo (Org.). **Movimentos Sociais, Trabalho Associado e educação para além do capital**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 217-243.

MOLINA, Monica Castagna. A Constitucionalidade e a Justicibilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.). **Por uma educação do campo: campo, políticas públicas, educação**. Brasília: Incra; Mda, 2008. p. 19-32.

MOLINA, M.C. **Apresentação**. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão. Brasília: Mda/ Mec, 2010.

_____. Políticas Públicas. In: CALDART, Roseli Saete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.229-236.

MOLINA, Monica Castagna; FREITAS, Helana Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p.17-31, abr. 2011.

MST, 1997, Brasília. **Manifesto das educadoras e dos educadores da Reforma Agrária ao povo brasileiro**. Brasília: Mst, 1997. 1 p.

MST. **MST: Lutas e conquistas**. 2. ed. São Paulo: Secretaria Nacional do Mst, 2010. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/>>. Acesso em: 19 jul. 2014.

MUNARIM, Antônio. Educação dos trabalhadores do campo e da cidade e política educacional: desafios centrais. In: PALUDO, Conceição (Org.). **Campo e Cidade em busca de caminhos comuns**. Pelotas: Ufpel, 2014. p. 137-158.

MUNARIN, Antônio. Elementos para uma política pública de educação do campo. In: MOLINA, Mônica (Org.). **Educação do campo e pesquisa**: questões para reflexão. Brasília, DF: MDA, 2006.

_____. Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil. **Educação**, Santa Maria, v. 1, n. 33, p.57-72, jan. 2008.

OLIVEIRA, Maria; AMARAL, Giana. **A Escola de Agronomia e Veterinária Eliseu Maciel em fotografias: aspectos da história de uma instituição de ensino superior**. Revista Pedagógica UNOCHAPECÓ, Ano.15, n. 28 vol. 01 - jan./jun. 2012 p.557-582.

OLIVEIRA, Vanderlei de Souza e; FAGUNDES, Juliana Lima; OLIVEIRA, Alex de Souza. Concepção de Educação do Campo nas Turmas Especiais de Medicina Veterinária da Ufpel. In: SIFEDOC, 2., 2014, Santa Maria. **Anais...** . Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014. p. 3013 - 3025.

PFUETZENREITER, M. R.; ZYLBERSZTAJN, A.; PIRES, F. A. . Evolução dos currículos de medicina veterinária com enfoque sobre o ensino de de saúde pública. In: **III Encontro Nacional de Educação em Ciências**, 2001, Atibaia. Atas do III ENPEC, 2001.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

REGO, Paula Renata do Cairo. **Educação de jovens e adultos em assentamentos rurais na Paraíba, um novo campo de organização e participação?** 2010. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal da Paraíba, Jo, 2010.

POR UMA EDUCAÇÃO DO CAMPO. Declaração 2002. In: KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli. **Educação do Campo**: Identidade e políticas públicas. Brasília: Cnbb, Mst, Unicef, Unesco, Unb, 2002. p. 11-17.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Faculdade de Veterinária**. UFPel. Pelotas, 2009.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Turma Especial em Medicina Veterinária**. Convênio INCRA-PRONERA/UFPEL. Pelotas, 2013.

RANKING UNIVERSITÁRIO FOLHA. **Folha de São Paulo**, 2014. Disponível em: <http://ruf.folha.uol.com.br/2014/> Acesso em: 05 março 2015.

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. Paz e Terra: 1978.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre movimento camponês e Estado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p.459-490, mar. 2012.

_____. Movimento camponês, trabalho e educação - liberdade, autonomia, emancipação: princípios/fins da formação humana. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. Pedagogia da Alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: FAE/USP, v. 34, n. 1, p. 27-46, jan./abr. 2008.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. O PRONERA e as Políticas Públicas de Educação do Campo: Uma reflexão em perspectiva para subsidiar o futuro. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de (Org.). **Memória e História do PRONERA: Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil**. Brasília: MDA, 2011. p. 313-334.

_____. **Balanco político e linhas de ação do PRONERA rumo aos 10 anos**. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

_____. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). In: CALDART, Roseli Salete et al (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 629-637.

SCHNEID, Lucinara. Cidade: **Decisão sobre cursos a assentados deve sair hoje**. Diário Popular. Pelotas, jul.2007. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/20_07_07/p0301.html Acesso em: 20 de maio de 2015

SILVA, Suely. O Movimento de Educação do/no Campo: Pressupostos Fundamentais. **Educação em Revista**, Marília, v. 12, n. 2, p.7-22, jul. 2011. Semestral.

SILVA, S. M. G.; GOULART, D. M.; VOLTZ, C. P. **Programas governamentais e demandas populares para acesso ao ensino superior no Brasil**. I Congresso de Estudos Organizacionais (ICBEO), Fortaleza, 2013.

SOUZA, Maria. O Movimento da Educação do Campo, as tensões na luta por um direito social e os sinais da construção. In. **Eccos Revista Científica**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.39-56, 2009.

TEIXEIRA, E; BERNARTT, M; TRINDADE, G. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 227-242, maio/ago. 2008

TUNES, Gil. **Curso paralelo na Vet**. Pelotas. Diário Popular. Pelotas. Jul. 2007. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/19_07_07/ponto_de_vista.html Acesso em: 02 de jun. de 2015.

_____. **Os PRONERA Vet.** Diário Popular. Pelotas, Jul. 2007. Disponível em: http://srv-net.diariopopular.com.br/13_07_07/artigo.html Acesso em: 05 jun. de 2015.

VENDRAMINI, Célia Regina. A Educação do Campo na perspectiva do Materialismo Histórico-Dialético. In: MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão.** Brasília: Mda/ Mec, 2010. p. 127-135.

YIN, Robert. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A – MANIFESTO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA AO POVO BRASILEIRO.

TER ②

MANIFESTO DAS EDUCADORAS E DOS EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA AO POVO BRASILEIRO

No Brasil, chegamos a uma encruzilhada histórica. De um lado está o projeto neoliberal, que destrói a Nação e aumenta a exclusão social. De outro lado, há a possibilidade de uma rebeldia organizada e da construção de um novo projeto. Como parte da classe trabalhadora de nosso país, precisamos tomar uma posição. Por essa razão, nos manifestamos.

1. Somos educadoras e educadores de crianças, jovens e adultos de Acampamentos e Assentamentos de todo o Brasil, e colocamos o nosso trabalho a serviço da luta pela Reforma Agrária e das transformações sociais.
2. Manifestamos nossa profunda indignação diante da miséria e das injustiças que estão destruindo nosso país, e compartilhamos do sonho da construção de um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil, um projeto do povo brasileiro.
3. Compreendemos que a educação sozinha não resolve os problemas do povo, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social.
4. Lutamos por justiça social! Na educação isto significa garantir escola pública, gratuita e de qualidade para todos, desde a Educação Infantil até a Universidade.
5. Consideramos que acabar com o analfabetismo, além de um dever do Estado, é uma questão de honra. Por isso nos comprometemos com esse trabalho.
6. Exigimos, como trabalhadoras e trabalhadores da educação, respeito, valorização profissional e condições dignas de trabalho e de formação. Queremos o direito de pensar e de participar das decisões sobre a política educacional.
7. Queremos uma escola que se deixe ocupar pelas questões de nosso tempo, que ajude no fortalecimento das lutas sociais e na solução dos problemas concretos de cada comunidade e do país.
8. Defendemos uma pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da pessoa humana e que crie um ambiente educativo baseado na ação e na participação democrática, na dimensão educativa do trabalho, da cultura e da história de nosso povo.
9. Acreditamos numa escola que desperte os sonhos de nossa juventude, que cultive a solidariedade, a esperança, o desejo de aprender e ensinar sempre e de transformar o mundo.
10. Entendemos que para participar da construção desta nova escola, nós, educadoras e educadores, precisamos constituir coletivos pedagógicos com clareza política, competência técnica, valores humanistas e socialistas.
11. Lutamos por escolas públicas em todos os Acampamentos e Assentamentos de Reforma Agrária do país e defendemos que a gestão pedagógica destas escolas tenha a participação da comunidade Sem Terra e de sua organização.
12. Trabalhamos por uma identidade própria das escolas do meio rural, com um projeto político-pedagógico que fortaleça novas formas de desenvolvimento no campo, baseadas na justiça social, na cooperação agrícola, no respeito ao meio ambiente e na valorização da cultura camponesa.
13. Renovamos, diante de todos, nosso compromisso político e pedagógico com as causas do povo, em especial com a luta pela Reforma Agrária. Continuaremos mantendo viva a esperança e honrando nossa Pátria, nossos princípios, nosso sonho...
14. Conclamamos todas as pessoas e organizações que têm sonhos e projetos de mudança, para que juntos possamos fazer uma nova educação em nosso país, a educação da nova sociedade que já começamos a construir.

MST
REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS
1º Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
Homenagem aos educadores Paulo Freire e Chê Guevara
Brasília, 28 a 31 de julho de 1997.

SET 1997

**ANEXO B– OS COLETIVOS DAS TURMAS ESPECIAIS DE MEDICINA
VETERINÁRIA DA UFPEL**

COLETIVOS	PARTICIPANTES	FUNÇÕES ATRIBUÍDAS
Núcleos de Base (NB)	A turma toda. Cada núcleo escolhe uma educanda e um educando para coordenar o Núcleo, e uma relator (a).	Responder perante a coletividade da Turma sobre a postura de seus membros, a partir das discussões feitas na CNBT; compor a base orgânica da coletividade (estudo, tarefas políticas, debate, elaboração de propostas, avaliação e encaminhamentos); garantir a unidade, disciplina e participação no coletivo: elaborar propostas, realizar as tarefas delegadas pelo NB, ter disponibilidade para a vivência na coletividade, respeitar às decisões das instancias;
Equipes de trabalho	Cada equipe é composta por um educando de cada NB. Exceto a equipe dos postos fixos que tem 1 coordenador(a), 2 responsáveis pela saúde; 3 responsáveis pelo horto; 1 responsável pela Biblioteca.	Realizar as tarefas específicas para o funcionamento interno das turmas especiais. São separadas por: equipe da disciplina, equipe de cultura e comunicação, equipe de memória, equipe de monitoria, equipe de lavanderia, equipe de postos fixos
Coordenação dos Núcleos de Base da Turma (CNBT)	Coordenadores da turma, coordenadores dos NB, coordenadores das equipes e CAPP.	Discutir e propor o processo organizativo do Curso com base nas discussões realizadas no NB; coordenar a turma e garantir o cumprimento das metas previstas no PROMET; garantir o fluxo de informações entre as instâncias da turma; acompanhar o trabalho a partir do padrão estabelecido e cobrar sempre que necessário; zelar pelo respeito às instâncias da turma e os encaminhamentos tomados coletivamente; avaliar permanentemente o andamento da turma e pensar a organicidade da mesma; pensar, organizar e coordenar as atividades a serem realizadas pela turma, junto ao CAPP; Garantir a presença, participação e vivência dos integrantes da turma nos tempos educativos; garantir que as reuniões de NBs aconteçam no horário previsto na programação.
Coordenação da Turma	Um educando e uma educanda escolhidos em plenária antes da composição dos NB.	Organizar a reunião da CNBT; coordenar as plenárias da turma; ser o elo entre a turma e a CAPP; provocar reflexões e discussão dos acontecimentos na turma; garantir a leitura semanal do processo pedagógico da turma; garantir o fluxo de informações entre as instâncias da turma; conversar com os professores juntamente com a CAPP, sem interferir na metodologia dos mesmos.
Coordenação Geral da TEMV	Dois coordenadores da Turma I e os dois coordenadores da Turma II mais a CAPP.	Garantir a leitura do processo fazendo avaliação geral: do processo pedagógico, da realização dos trabalhos de sobrevivência, da gestão, da convivência de ambas as turmas; garantir o fluxo de informações entre as instâncias da turma (reuniões quinzenais).
Coordenação dos Núcleos de Base das Duas Turmas	Coordenadores dos núcleos de base das Turmas, os coordenadores das turmas e a CAPP.	Se reunir quando houver necessidade, a partir das avaliações da coordenação geral.

Fonte: PROMET, 2015 e entrevistas.

ANEXO C – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

Entrevista com a Coordenadora do Colegiado de Medicina Veterinária da UFPel

1. Como você se envolveu com as TEMV?
2. Como foi o processo de implantação das TEMV na UFPel?
3. Como foram realizadas as parcerias? Quais os embates?
4. Como foi a inserção dos trabalhadores do campo na universidade? Quais os principais problemas enfrentados?
5. Qual era a sua opinião sobre a inserção dos MSPdoC na universidade? O que mudou?
6. Qual a importância da universidade no desenvolvimento do projeto?
7. O que você pensa sobre o repasse dos recursos do PRONERA?
8. Como é a participação dos educandos das TEMV no desenvolvimento do curso?
9. Como é a relação entre as turmas regulares e as turmas especiais?
10. Como foi o processo de unificação das turmas especiais com as turmas regulares? Os cursos estão realmente unificados? Quais os principais problemas enfrentados?
11. O que você pensa sobre a metodologia da alternância? Como tem sido com as TEMV?
12. Como você acredita que um curso superior pode influenciar a vida nos assentamentos?
13. Você acredita que a inserção dos MSPdoC pode transformar a universidade?

Entrevista com a Técnica em Educação do Campo do INCRA

1. Qual o papel do INCRA no PRONERA?
2. Como é a relação do INCRA com: a) Os MSPdoC? B) A Universidade?
3. Como foi feita a parceria com a UFPel?
4. Quais as principais dificuldades enfrentadas na relação entre os parceiros?
5. Quais os principais limites do PRONERA?
6. Como o Movimento da Educação do Campo têm avançado na luta pelo Ensino Superior aos trabalhadores do campo?
7. Como foi a contratação dos coordenadores do CAPP?
8. Qual o papel desses coordenadores no desenvolvimento da experiência na UFPel?
9. Como é passado o recurso às TEVM?
10. O que você pensa sobre a metodologia da alternância? Como tem sido com as TEMV?

11. Como você vê a relação entre inserção dos integrantes dos MSPdoC na universidade?
12. Você acredita que os integrantes dos MSPdoC podem transformar a universidade?
13. Como você acredita que os cursos superiores do PRONERA podem influenciar a vida nos assentamentos?

Entrevista com os Educandos das TEMV

1. Como você ficou sabendo do curso?
2. Como foi o processo seletivo?
3. No contato com a universidade, quais foram as principais dificuldades?
4. Como é a tomada de decisões entre os estudantes das TEMV?
5. Como é a relação entre os alunos das TEMV e os alunos das turmas regulares?
6. Como é a relação das TEMV com os professores?
7. Como são as aulas?
8. O que você pensa sobre a metodologia da alternância? Como tem sido com as TEMV?
9. Como é o dia-a-dia nos alojamentos? Como são organizadas as tarefas e os grupos? Como são tomadas as decisões?
10. Como você acredita que os cursos superiores do PRONERA podem influenciar a vida nos assentamentos?
11. Qual a importância de um curso superior para os trabalhadores do campo?
12. Você acredita que os integrantes dos MSPdoC podem transformar a universidade?

Entrevista com os educandos das turmas regulares de Medicina Veterinária da UFPel

1. Você conhece as TEMV?
2. Como é a sua relação com os alunos das TEMV?
3. O que você pensa sobre a inserção dos MSPdoC na universidade?
4. O que você pensa sobre a metodologia da alternância?
5. O que mudou na universidade após a implementação das TEMV?
6. Você acredita que os integrantes dos MSPdoC podem transformar a universidade?
7. Qual a importância de um curso superior para os trabalhadores do campo?

Entrevista com o militante do MST contratado pelo INCRA que compõe o CAPP das TEMV

1. Como você se envolveu com o curso?
2. Como foi a proposição do curso?
3. Como foram feitas as parcerias? Quais os principais problemas enfrentados?
4. Como é a participação dos MSPdoC no desenvolvimento do curso?
5. O curso têm atendido às demandas dos Movimento?
6. Como os tempos educativos são organizados?
7. Como é a relação entre os alunos das TEMV? E entre eles e os professores?
8. Como é a relação entre os estudantes das TEMV e os estudantes das turmas regulares na UFPel?
9. Como você acredita que um curso superior pode influenciar a vida nos assentamentos?
10. Como você acredita que a inserção dos MSPdoC pode transformar a universidade?
11. A luta do Movimento pela educação continua? Como?

Entrevista com o professor da UFPel que compõe o CAPP das TEMV

1. Como você se envolveu com as TEMV?
2. Como foi o processo de implantação das TEMV na UFPel?
3. Qual é a importância do CAPP para as turmas?
4. Qual a importância da presença dos professores da UFPel na composição do CAPP?
5. Como foram realizadas as parcerias?
6. Como foi a inserção dos trabalhadores do campo na universidade? Quais os principais problemas enfrentados?
7. Qual era a sua opinião sobre a inserção dos MSPdoC na universidade? O que mudou?
8. O que você pensa sobre a organização interna das TEMV?
9. O que você pensa sobre o repasse dos recursos do PRONERA?
10. Como é a participação dos educandos das TEMV no desenvolvimento do curso?
11. Como é a relação entre as turmas regulares e as turmas especiais?
12. Como foi o processo de unificação das turmas especiais com as turmas regulares? Os cursos estão realmente unificados? Quais os principais problemas enfrentados?
13. O que você pensa sobre a metodologia da alternância? Como tem sido com as TEMV?

14. Como você acredita que um curso superior pode influenciar a vida nos assentamentos?
15. Você acredita que a inserção dos MSPdoC pode transformar a universidade?

Entrevista com as funcionárias da Pró-Reitoria de Graduação da UFPel

1. Qual foi o papel da Pró-Reitoria de Graduação no processo de implementação das TEMV?
2. Qual é o papel da Pró-Reitoria de Graduação no desenvolvimento das TEMV?
3. Qual a sua função?
4. Como foi a inserção dos trabalhadores do campo na universidade? Quais os principais problemas enfrentados?
5. Qual era a sua opinião sobre a inserção dos MSPdoC na universidade? O que mudou?
6. O que você pensa sobre a organização interna das TEMV?
7. Como é a relação entre as turmas regulares e as turmas especiais?
8. Como foi o processo de unificação das turmas especiais com as turmas regulares? Os cursos estão realmente unificados? Quais os principais problemas enfrentados?
9. O que você pensa sobre a metodologia da alternância? Como tem sido com as TEMV?
10. Como você acredita que um curso superior pode influenciar a vida nos assentamentos?
11. Você acredita que a inserção dos MSPdoC pode transformar a universidade?

ANEXO D - QUADRO-RESUMO COM OS PERSONAGENS DA EXPERIÊNCIA DAS TEMV E AS AÇÕES QUE DESENVOLVERAM

	PERSONAGENS	AÇÕES
CRIAÇÃO DAS TEMV	Setor de Educação do MST	O setor de educação elaborou o projeto da TEMV e iniciou as negociações com a UfPel e com o INCRA.
	Conselho Federal e Regional de Medicina Veterinária, colegiado do curso de Medicina Veterinária e diretório acadêmico da UFPel, Associação dos Médicos Veterinários da Região Sul e SINVET/RS	Se opuseram à criação da ITEMV.
	Assentados do MST, INCRA e vereadores de Pelotas	Se manifestaram a favor da implantação do curso na UFPel durante a reunião do dia 20 de julho de 2006.
	Professores e estudantes da UFPel	Se manifestaram contra a da implantação do curso na UFPel durante a reunião do dia 20 de julho de 2006.
	COCEPE da UFPel	Aprovou a segunda versão do projeto da ITEMV em 2006.
	CONSUN da UFPel	O Reitor foi responsável por levar aos outros integrantes do CONSUN a demanda pelo curso e por convencer as pessoas que se opuseram à implementação da ITEMV. Os membros desse conselho foram responsáveis pela decisão final sobre a implantação do curso na UfPel. Em 2012, o Reitor da UFPel assinou convênio com o INCRA para a IITEMV.
	CGIC	Organizou o processo seletivo das TEMV.
	INCRA	Liberou e fiscaliza os recursos para alimentação, transporte e outros gastos necessários para a sobrevivência dos educandos no Tempo Escola. Também verifica se o projeto é implementado e desenvolvido de acordo com as exigências do

		PRONERA.
DESENVOLVIMENTO DAS TEMV	Pró-Reitoria de Graduação	Até 2013, os funcionários da Pró-Reitoria resolviam todas as questões referentes às turmas especiais junto com os coordenadores pedagógicos que compunham o CAPP, como o processamento das matrículas dos educandos, documentos necessários para realização das disciplinas, históricos, atestados, e atendimentos gerais à TEMV.
	COCEPE	Aprovou a passagem das turmas especiais da Pró-Reitoria de Graduação para a Faculdade de Veterinária.
	Colegiado de Medicina Veterinária	A partir de 2013, o conselho ficou responsável pela vida acadêmica dos educandos das turmas especiais de Medicina Veterinária. Orienta individualmente cada educando, delibera sobre os assuntos referentes às TEMV (a formatura, por exemplo), cuidando para que tudo esteja coerente com o PPP e com as normas da UfPel.
	CAPP das TEMV	Inicialmente resolviam todas as questões referentes às turmas especiais junto a Pró-Reitoria de Graduação. Quando o colegiado de Medicina Veterinária assumiu as turmas, os coordenadores ficaram responsáveis apenas pela formação política dos educandos e o dia-a-dia no espaço dos alojamentos (alimentação, transporte, divisão de tarefas, etc.).
	Professores da Faculdade de Medicina Veterinária da UfPel	Constroem o conhecimento com os educandos das TEMV no Tempo Escola.
	Educandos das TEMV	Frequentam as aulas, buscam a aprovação nas disciplinas e cumprem com as responsabilidades em cada tempo educativo.